

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	17
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	18
Demonstração do Valor Adicionado	19

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	20
---	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	96
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial	98
-------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	82.038.041
Preferenciais	0
Total	82.038.041
Em Tesouraria	
Ordinárias	59.000
Preferenciais	0
Total	59.000

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	18/04/2011	Dividendo	06/05/2011	Ordinária		0,46736

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	658.499	629.816
1.01	Ativo Circulante	47.942	86.400
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.479	12.331
1.01.01.01	Disponibilidades e Valores Equivalentes	5.479	12.331
1.01.02	Aplicações Financeiras	950	35.027
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	950	35.027
1.01.02.01.04	Certificados de Depósitos Bancários - CDB	485	16.979
1.01.02.01.05	Debêntures de Instituições Financeiras	465	18.048
1.01.03	Contas a Receber	41.513	39.042
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	41.513	39.042
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	905	62
1.01.03.02.02	Adiantamentos a Funcionários/Terceiros	19	20
1.01.03.02.03	Dividendos a Receber	28.459	28.459
1.01.03.02.04	Outros	12.130	10.501
1.02	Ativo Não Circulante	610.557	543.416
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.390	4.896
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	3.153
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	3.153
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.390	1.743
1.02.01.09.03	Outros	1.390	1.743
1.02.02	Investimentos	601.613	530.423
1.02.02.01	Participações Societárias	601.613	530.423
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	601.613	530.423
1.02.03	Imobilizado	7.547	8.097
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.547	8.097
1.02.04	Intangível	7	0
1.02.04.01	Intangíveis	7	0
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	7	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	658.499	629.816
2.01	Passivo Circulante	24.924	23.499
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	211	220
2.01.01.01	Obrigações Sociais	135	90
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	76	130
2.01.02	Fornecedores	470	449
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	470	370
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	165	214
2.01.02.01.02	Outros	305	156
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	79
2.01.03	Obrigações Fiscais	305	254
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	305	224
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	-3	76
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	308	148
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	30
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.715	1.089
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.715	1.089
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.715	1.089
2.01.05	Outras Obrigações	22.223	21.487
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.066	2.330
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	3.066	2.330
2.01.05.02	Outros	19.157	19.157
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	19.157	19.157
2.02	Passivo Não Circulante	19.328	20.419
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.878	7.519
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.878	7.519
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	6.878	7.519
2.02.02	Outras Obrigações	12.450	12.900
2.02.02.02	Outros	12.450	12.900
2.02.02.02.03	Adiantamento de Convênio	12.450	12.900
2.03	Patrimônio Líquido	614.247	585.898
2.03.01	Capital Social Realizado	360.137	360.137
2.03.02	Reservas de Capital	107.219	106.850
2.03.02.04	Opções Outorgadas	10.178	9.810
2.03.02.07	Lucros não Distribuíveis	97.041	97.040
2.03.04	Reservas de Lucros	118.285	119.316
2.03.04.01	Reserva Legal	10.269	10.295
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	90.186	90.161
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	19.157	19.157
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-1.327	-297
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	28.732	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-126	-405

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	31.458	24.168
3.04.01	Despesas com Vendas	-2	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	21	-2.501
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	497	451
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	30.942	26.218
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	31.458	24.168
3.06	Resultado Financeiro	-2.726	1.451
3.06.01	Receitas Financeiras	721	1.456
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.447	-5
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	28.732	25.619
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	28.732	25.619
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	28.732	25.619
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00035	0,00033
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00034	0,00032

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	28.732	25.619
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-279	-20
4.02.01	Varição cambial sobre investimento no exterior	-279	-20
4.03	Resultado Abrangente do Período	28.453	25.599

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	91	20.054
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.006	386
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício/Período	28.732	25.619
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	550	0
6.01.01.04	Perdão de dívidas	3.298	0
6.01.01.06	Opções Outorgadas	368	1.388
6.01.01.08	Jrs s/ Empréstimos a Soc. Controladas	0	-403
6.01.01.09	Equivalência Patrimonial	-30.942	-26.218
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.915	19.668
6.01.02.02	(Aumento) em Outros Ativos	-1.628	-803
6.01.02.03	Aumento (Redução) em Fornecedores	-128	-148
6.01.02.04	Aumento (Redução) em Obrig. Tributárias	51	-989
6.01.02.05	Aumento em Salários e Encargos Sociais	-9	461
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Outros Passivos	148	42
6.01.02.09	Aumento (Redução) Adiantamento Convênios	-450	-450
6.01.02.10	Aumento (Redução) Ativo não circulante	353	-2.353
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Contas a Receber (P.R.)*	-988	23.908
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Contas a Pagar (P.R.)	736	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-6.177	-20.880
6.02.01	Aplicações Financeiras	34.077	12.705
6.02.04	Intangível - Outros	-7	0
6.02.06	Investimento em Empresa Controladas	-647	-1.368
6.02.08	Adto p/Futuro Aumento de Capital	-39.600	-32.217
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.045	532
6.03.01	Aumento de Capital	0	532
6.03.03	Pagto de Empréstimos e Financiamentos	-15	0
6.03.04	Ações em Tesouraria	-1.030	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	279	-20
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.852	-314
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.331	350
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.479	36

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	360.137	106.851	119.315	0	-405	585.898
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.137	106.851	119.315	0	-405	585.898
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	368	-1.030	0	0	-662
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	368	0	0	0	368
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-1.030	0	0	-1.030
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.732	279	29.011
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.732	0	28.732
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	279	279
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	279	279
5.07	Saldos Finais	360.137	107.219	118.285	28.732	-126	614.247

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	295.237	100.398	58.109	0	-300	453.444
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	295.237	100.398	58.109	0	-300	453.444
5.04	Transações de Capital com os Sócios	532	1.388	0	0	0	1.920
5.04.01	Aumentos de Capital	532	0	0	0	0	532
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.388	0	0	0	1.388
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	25.619	-20	25.599
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	25.619	0	25.619
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-20	-20
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-20	-20
5.07	Saldos Finais	295.769	101.786	58.109	25.619	-320	480.963

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	1.513	-1.007
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.396	-1.007
7.02.04	Outros	2.909	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.513	-1.007
7.04	Retenções	-550	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-550	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	963	-1.007
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	32.161	28.124
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	30.942	26.218
7.06.02	Receitas Financeiras	721	1.456
7.06.03	Outros	498	450
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	33.124	27.117
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	33.124	27.117
7.08.01	Pessoal	522	1.277
7.08.01.01	Remuneração Direta	522	1.277
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	423	216
7.08.02.01	Federais	421	216
7.08.02.03	Municipais	2	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.447	5
7.08.03.01	Juros	3.447	5
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	28.732	25.619
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	28.732	25.619

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	839.409	804.536
1.01	Ativo Circulante	378.564	390.428
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	38.817	44.727
1.01.01.01	Disponibilidades e Valores Equivalentes	38.817	44.727
1.01.02	Aplicações Financeiras	89.354	120.687
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	89.354	120.687
1.01.02.01.04	Certificados de Depósitos Bancários - CDB	45.377	58.503
1.01.02.01.05	Debêntures de Instituições Financeiras	43.977	62.184
1.01.03	Contas a Receber	250.393	225.014
1.01.03.01	Clientes	179.038	156.422
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	71.355	68.592
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	254	7.051
1.01.03.02.02	Adiantamentos a Funcionários/Terceiros	4.219	6.213
1.01.03.02.03	Contas a Compensar - Sistema FIES	22.565	14.531
1.01.03.02.05	Outros	44.317	40.797
1.02	Ativo Não Circulante	460.845	414.108
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	61.015	58.737
1.02.01.06	Tributos Diferidos	16.208	15.337
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.208	15.337
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	1.510	2.166
1.02.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.510	2.166
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	3.153
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	3.153
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	43.297	38.081
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	86	0
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	43.211	38.081
1.02.02	Investimentos	228	7.728
1.02.02.01	Participações Societárias	0	7.500
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	0	7.500
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	228	228
1.02.02.02.01	Obras de Arte	228	228
1.02.03	Imobilizado	228.275	210.958
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	211.507	199.613
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	5.958	6.861
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	10.810	4.484
1.02.04	Intangível	171.327	136.685
1.02.04.01	Intangíveis	171.327	136.685
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	171.327	136.685

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	839.409	804.536
2.01	Passivo Circulante	151.045	139.498
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	48.132	42.571
2.01.01.01	Obrigações Sociais	16.448	16.001
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	31.684	26.570
2.01.02	Fornecedores	15.560	17.846
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.527	17.714
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	15.527	17.714
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	33	132
2.01.02.02.01	Fornecedores Estrangeiros	33	132
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.583	19.157
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.392	15.506
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.384	14.634
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	865	701
2.01.03.01.03	Parcelamento de Pis e Cofins	378	20
2.01.03.01.04	Parcelamento de INSS	4.578	151
2.01.03.01.05	Parcelamento Imposto de Renda e Contribuição Social	187	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6.191	3.651
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	5.904	3.538
2.01.03.03.02	Parcelamento de IPTU	105	65
2.01.03.03.03	Parcelamento de ISS	182	48
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.422	1.760
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.422	1.760
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.422	1.760
2.01.05	Outras Obrigações	32.502	42.730
2.01.05.02	Outros	32.502	42.730
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	19.157	19.157
2.01.05.02.04	Mensalidades Antecipadas	5.320	18.891
2.01.05.02.05	Compromissos a Pagar	8.025	4.682
2.01.06	Provisões	32.846	15.434
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	32.846	15.434
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	32.846	15.434
2.02	Passivo Não Circulante	74.117	79.140
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.878	7.762
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.878	7.762
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	6.878	7.762
2.02.02	Outras Obrigações	20.016	22.200
2.02.02.02	Outros	20.016	22.200
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	19.965	20.687
2.02.02.02.03	Parcelamento de Tributos	0	1.513
2.02.02.02.04	Outros	51	0
2.02.04	Provisões	47.223	49.178
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	34.335	36.444
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	34.335	36.444
2.02.04.02	Outras Provisões	12.888	12.734
2.02.04.02.04	Provisão com Obrigações Desmobilização de Ativos	12.888	12.734

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	614.247	585.898
2.03.01	Capital Social Realizado	360.137	360.137
2.03.01.01	Capital Social Realizado	360.137	360.137
2.03.02	Reservas de Capital	107.219	106.851
2.03.02.04	Opções Outorgadas	10.178	9.810
2.03.02.07	Lucros não Distribuíveis	97.041	97.041
2.03.04	Reservas de Lucros	118.285	119.315
2.03.04.01	Reserva Legal	10.269	10.269
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	90.186	90.186
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	19.157	19.157
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-1.327	-297
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	28.732	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-126	-405

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	275.824	256.023
3.01.01	Receita de Mesalidades	394.465	361.987
3.01.02	Outras	3.775	3.438
3.01.03	Gratuidades - Bolsas de Estudos	-106.721	-93.695
3.01.04	Devoluções de Mensalidades e Taxas	-1.543	-557
3.01.05	Descontos Concedidos	-2.784	-4.350
3.01.06	Impostos	-11.368	-10.800
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-177.600	-168.491
3.03	Resultado Bruto	98.224	87.532
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-69.599	-64.327
3.04.01	Despesas com Vendas	-28.952	-24.438
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-42.556	-41.538
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.713	1.637
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	196	12
3.04.05.02	Resultado de atividades não continuadas	196	12
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	28.625	23.205
3.06	Resultado Financeiro	1.631	2.906
3.06.01	Receitas Financeiras	9.479	7.196
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.848	-4.290
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	30.256	26.111
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.524	-492
3.08.01	Corrente	-1.524	-615
3.08.02	Diferido	0	123
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	28.732	25.619
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	28.732	25.619
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	28.732	25.619
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00035	0,00033
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00034	0,00032

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	28.732	25.619
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-279	-20
4.02.01	Varição cambial sobre investimento no exterior	-279	-20
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	28.453	25.599
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	28.453	25.599

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	15.397	31.971
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	43.583	39.390
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício/Periodo	28.732	25.619
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	9.202	7.385
6.01.01.03	Valor Residual Baixado do Imobilizado	5	0
6.01.01.04	Perdão de dívidas	3.298	0
6.01.01.05	Provisão para Devedores Duvidosos	5.216	5.046
6.01.01.06	Opções Outorgadas	368	1.388
6.01.01.07	Provisao Para Contigências	-3.228	55
6.01.01.08	Jrs s/ Empréstimos a Soc. Controladas	-10	-103
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-28.340	-7.749
6.01.02.01	(Aumento) em Contas a Receber	-27.832	-5.005
6.01.02.02	(Aumento) em Outros Ativos	-9.559	-7.561
6.01.02.03	Aumento (Redução) em Fornecedores	-2.286	-346
6.01.02.04	Aumento (Redução) em Obrig. Tributárias	-6.720	-1.453
6.01.02.05	Aumento em Salários e Encargos Sociais	22.973	15.632
6.01.02.06	Aumento Mensalidades Rec Antecipadamente	-13.571	-3.870
6.01.02.07	Aumento (Redução) Prov. para Contigência	1.119	-2.930
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Outros Passivos	7.027	895
6.01.02.09	Aumento (Redução) Adiantamento Convênios	-722	-658
6.01.02.10	Aumento (Redução) Ativo não circulante	-5.431	-2.326
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Contas a Receber (P.R.)*	6.662	-127
6.01.03	Outros	154	330
6.01.03.01	Provisão com obrigações desmobilização de Ativos	154	330
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-22.334	2.853
6.02.01	Aplicações Financeiras	31.332	10.713
6.02.03	Imobilizado	-24.159	-5.689
6.02.04	Intangível - Outros	-37.007	-1.841
6.02.05	Custos com Desmobilização	0	-330
6.02.06	Investimento em Empresa Controladas	7.500	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	748	-621
6.03.01	Aumento de Capital	0	532
6.03.03	Pagto de Empréstimos e Financiamentos	1.778	-1.153
6.03.04	Ações em Tesouraria	-1.030	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	279	-20
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.910	34.183
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	44.727	51.303
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	38.817	85.486

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.137	106.851	119.315	0	-405	585.898	0	585.898
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.137	106.851	119.315	0	-405	585.898	0	585.898
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	368	-1.030	0	0	-662	0	-662
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	368	0	0	0	368	0	368
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-1.030	0	0	-1.030	0	-1.030
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.732	279	29.011	0	29.011
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.732	0	28.732	0	28.732
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	279	279	0	279
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	279	279	0	279
5.07	Saldos Finais	360.137	107.219	118.285	28.732	-126	614.247	0	614.247

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	295.237	100.398	58.109	0	-300	453.444	0	453.444
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	295.237	100.398	58.109	0	-300	453.444	0	453.444
5.04	Transações de Capital com os Sócios	532	1.388	0	0	0	1.920	0	1.920
5.04.01	Aumentos de Capital	532	0	0	0	0	532	0	532
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.388	0	0	0	1.388	0	1.388
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	25.619	-20	25.599	0	25.599
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	25.619	0	25.619	0	25.619
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-20	-20	0	-20
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-20	-20	0	-20
5.07	Saldos Finais	295.769	101.786	58.109	25.619	-320	480.963	0	480.963

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	282.023	261.777
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	285.392	265.142
7.01.02	Outras Receitas	1.847	1.681
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.216	-5.046
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-53.384	-51.996
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-56.808	-51.953
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	196	12
7.02.04	Outros	3.228	-55
7.03	Valor Adicionado Bruto	228.639	209.781
7.04	Retenções	-9.202	-7.385
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.202	-7.385
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	219.437	202.396
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.385	9.210
7.06.02	Receitas Financeiras	9.672	7.573
7.06.03	Outros	1.713	1.637
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	230.822	211.606
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	230.822	211.606
7.08.01	Pessoal	124.877	119.345
7.08.01.01	Remuneração Direta	113.498	108.977
7.08.01.02	Benefícios	2.795	2.324
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.584	8.044
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	42.636	36.462
7.08.02.01	Federais	29.949	24.412
7.08.02.02	Estaduais	0	1
7.08.02.03	Municipais	12.687	12.049
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	34.577	30.180
7.08.03.01	Juros	8.045	4.667
7.08.03.02	Aluguéis	26.532	25.513
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	28.732	25.619
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	28.732	25.619



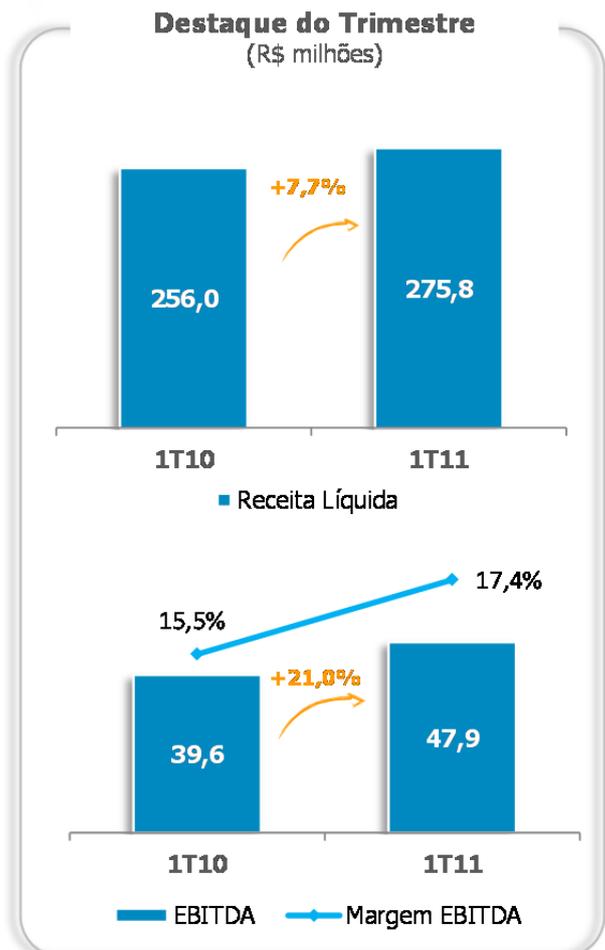
RESULTADOS DO 1T11

CAPTAÇÃO RECORDE com mais de 73 mil novos alunos (24% acima do 1T10)
Aumento de 21% no EBITDA, que totalizou R\$48 milhões, e
ganho de 1,9 p.p. na Margem, que atingiu 17,4% no 1T11

Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2011 – A **Estácio Participações S.A.** – “Estácio” ou “Companhia” (BM&FBovespa: ESTC3; Bloomberg: ESTC3.BZ; Reuters: ESTC3.SA) – comunica seus resultados referentes ao primeiro trimestre de 2011 (1T11) em comparação ao mesmo período do ano anterior (1T10). As seguintes informações financeiras e operacionais, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas seguindo o *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) em bases consolidadas.

Destaques do Resultado

- ◆ A Estácio encerrou o 1T11 com uma **base total** de 241,4 mil alunos (11,6% acima do 1T10), dos quais 210,5 mil matriculados em **cursos presenciais** e 30,9 mil em **cursos de ensino a distância**.
- ◆ **Aquisições** concluídas e anunciadas em 2011 adicionaram 10 mil alunos à base de alunos dos **cursos presenciais de ensino superior**.
- ◆ **Aquisição da Academia do Concurso**: Empresa líder no segmento de cursos preparatórios para concursos públicos na cidade do Rio de Janeiro, marcando entrada em segmento promissor com sinergias com nosso negócio principal.
- ◆ A **receita operacional líquida** totalizou R\$275,8 milhões no 1T11, um aumento de 7,7% em relação ao ano anterior, resultado principalmente do aumento de 7,5% na base total de alunos e dos reajustes de mensalidades aplicados no período.
- ◆ No 1T11, o **EBITDA recorrente** atingiu R\$47,9 milhões, 21,0% superior ao 1T10. A margem atingiu 17,4%, um aumento de 1,9 p.p. em relação ao 1T10.



ESTC3

(Em 11/05/2011)

Cotação: R\$22,70 / ação

Quantidade de Ações: 82.251.937

Valor de Mercado: R\$1,9 bilhão

Free Float: 77%

Contatos de RI:

Rogério Melzi

Flávia de Oliveira

+55 (21) 3311-9789

ri@estacioparticipacoes.com

CFO

Gerente de RI



**ESTC3
NOVO
MERCADO
BM&FBovespa**



Divulgação de Resultados 1T11

Principais Indicadores do Trimestre

Indicadores Financeiros	1T10	1T11	Var
Receita Líquida (R\$ milhões)	256,0	275,8	7,7%
Lucro Bruto Recorrente (R\$ milhões)	91,9	101,6	10,6%
<i>Margem Bruta Recorrente</i>	<i>35,9%</i>	<i>36,8%</i>	<i>0,9 p.p.</i>
EBIT Recorrente	32,3	38,7	19,8%
<i>Margem EBIT Recorrente</i>	<i>12,6%</i>	<i>14,0%</i>	<i>1,4 p.p.</i>
EBITDA Recorrente (R\$ milhões)	39,6	47,9	21,0%
<i>Margem EBITDA Recorrente</i>	<i>15,5%</i>	<i>17,4%</i>	<i>1,9 p.p.</i>
Lucro Líquido Recorrente (R\$ milhões)	31,3	33,1	5,8%
<i>Margem Líquida Recorrente</i>	<i>12,2%</i>	<i>12,0%</i>	<i>-0,2 p.p.</i>

Mensagem da Administração

Iniciamos 2011 comemorando resultados alcançados através da nossa estratégia de crescimento baseada em expansão orgânica e aquisições, aliados a uma plataforma operacional eficiente e um modelo acadêmico de qualidade.

A evolução da nossa estratégia comercial e a qualidade do modelo de ensino são evidenciadas nos resultados recordes dos nossos últimos dois ciclos de captação. Neste primeiro trimestre de 2011, tivemos mais de 73 mil novos alunos matriculados em nossos cursos presenciais e a distância, de graduação e pós-graduação, um crescimento de 24,4% comparado ao mesmo período do ano anterior (crescimento puramente orgânico que não inclui as aquisições realizadas no período, baseado principalmente no aumento de nossa eficácia comercial) e na melhoria da percepção sobre a Estácio com os contínuos investimentos em qualidade. A melhoria na captação, combinada às aquisições no período, gerou um incremento de 11,6% em nossa base total de alunos e um crescimento de 7,7% em nossa receita líquida, que atingiu R\$275,8 milhões.

Concluímos importantes aquisições neste início de 2011, que adicionaram um total de 10 mil alunos à nossa base de ensino superior: a Faculdade de Natal ("FAL") com 2,1 alunos; a Faculdade Atual da Amazônia ("FAA") com 4,7 mil alunos e a Faculdade de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN") com 3,3 mil alunos. Estas aquisições dão continuidade à estratégia de consolidação como parte importante do planejamento de longo prazo da Estácio e contribuem para aumentar nossa presença em regiões com alto crescimento, fortalecendo nossa posição de liderança nacional em ensino superior.

Anunciamos também a aquisição da Academia do Concurso, empresa líder no segmento de cursos preparatórios para concursos públicos na cidade do Rio de Janeiro, tendo registrado ao longo de 2010 mais de 29 mil alunos matriculados em seus cursos livres de curta duração, com receita líquida de aproximadamente R\$10 milhões. A aquisição representou a entrada da Estácio nesse atrativo segmento, de forma a capturar crescimento acelerado através do desenvolvimento de uma plataforma de ensino a distância ainda não explorada pela empresa.

Finalmente, os resultados operacionais e financeiros deste trimestre foram muito positivos, com o crescimento de 21% no EBITDA recorrente para R\$47,9 milhões e um aumento de 1,9 p.p. na margem, devido ao aumento na receita líquida, que mais do que compensou o investimento extra em publicidade, à eficiência na gestão dos custos diretos e à diluição das despesas gerais e administrativas, que foram reduzidas em valores nominais em relação ao 1T10. Esses resultados reafirmam nossa estratégia e filosofia de gestão que busca crescimento sustentável, baseado na qualidade de nossos serviços e eficiência operacional.



Indicadores Operacionais

A Estácio encerrou o 1T11, com uma **base de alunos** de 241,4 mil (11,6% maior que no 1T10), dos quais 210,5 mil matriculados nos cursos presenciais e 30,9 mil nos cursos de ensino a distância. O **ciclo de captação** apresentou **crescimento recorde** pela segunda vez seguida, um aumento de 24,4% em relação à captação realizada no 1T10, tendo atingido 73,5 mil alunos, sendo 61,5 mil no segmento presencial e 12,0 no segmento EAD. Portanto, o crescimento da base neste trimestre deve-se à forte **captação** realizada neste primeiro ciclo de 2011 e às **aquisições** da FAA e FAL (já contabilizadas no período), que adicionaram 6,8 mil alunos à base.

Tabela 1 – Base de Alunos

Em mil	1T10	1T11	Var.
Base de Alunos - Final	216,4	241,4	11,6%
Presencial	200,0	210,5	5,3%
Graduação	190,3	200,5	5,4%
Pós-graduação	9,7	10,0	3,1%
EAD	16,4	30,9	88,4%
Graduação	14,9	28,2	89,3%
Pós-graduação	1,5	2,7	80,0%

Obs.: A base do 1T11 reflete o número de alunos presenciais captados/renovados até 17/04/2011 e EAD até 23/03/2011.

Tabela 2 – Movimentação da Base de Alunos Presenciais (graduação e pós-graduação)

Em mil	1T10	1T11	Var.
Saldo Inicial de Alunos	196,1	183,8	-6,3%
(-) Formandos	(20,4)	(14,8)	-27,5%
Base Renovável	175,7	169,0	-3,8%
(-) Evasão / Não Renovados	(24,5)	(26,7)	9,0%
<i>Taxa de Renovação</i>	<i>86,1%</i>	<i>84,2%</i>	<i>-1,9 p.p.</i>
Renovação	151,3	142,3	-5,9%
(+) Captação	48,9	61,5	25,8%
(+) Aquisição	-	6,8	N.A.
Saldo Final de Alunos	200,0	210,5	5,2%

Obs.: A base do 1T11 reflete o número de alunos captados/renovados até 17/04/2011.

Tabela 3 – Movimentação da Base de Alunos EAD (graduação e pós-graduação)

Em mil	1T10	1T11	Var.
Saldo Inicial de Alunos	9,6	26,2	172,9%
(-) Formandos	-	(0,6)	N.A.
Base Renovável	9,6	25,6	166,7%
(-) Evasão / Não Renovados	(3,4)	(6,8)	100,0%
<i>Taxa de Renovação</i>	<i>64,6%</i>	<i>73,4%</i>	<i>8,8 p.p.</i>
Renovação	6,2	18,8	203,2%
(+) Captação	10,2	12,0	18,1%
Saldo Final de Alunos	16,4	30,9	88,4%

Obs.: A base do 1T11 reflete o número de alunos captados/renovados até 23/03/2011.



Divulgação de Resultados 1T11

Receita Operacional

Tabela 4 – Composição da Receita Operacional

Em R\$ milhões	1T10	1T11	Variação
Receita Operacional Bruta	365,4	398,2	9,0%
Mensalidades	362,0	394,5	9,0%
Outras	3,4	3,8	11,8%
Deduções da Receita Bruta	(109,4)	(122,4)	11,9%
Descontos e Bolsas	(98,6)	(111,0)	12,6%
Impostos	(10,8)	(11,4)	5,6%
<i>% Deduções / Receita Operacional Bruta</i>	<i>29,9%</i>	<i>30,7%</i>	<i>0,8 p.p.</i>
Receita Operacional Líquida	256,0	275,8	7,7%

Tabela 5 – Cálculo do Ticket Médio – Presencial

Em R\$ milhões*	1T10	1T11 consolidado	Var.	1T11 ex-aquisições	Var.
Receita Bruta Presencial	354,1	375,8	6,1%	369,6	4,4%
Deduções Presencial	-106,3	-115,2	8,3%	-113,5	6,8%
Receita Líquida Presencial	247,8	260,6	5,2%	256,1	3,3%
Base de Alunos Presencial (Final) (mil)	200,0	203,1	1,6%	196,3	-1,9%
Ticket Médio Presencial (R\$)	412,9	427,8	3,6%	434,8	5,3%

Obs.1: As informações estão apresentadas em milhões de Reais, a não ser quando indicado de outra forma na tabela.

Obs.2: A base de alunos utilizada para demonstração do ticket médio do 1T11 é a quantidade de alunos efetivamente na base em 31/03/2011 e difere da apresentada nas Tabelas 1 e 2, uma vez que a captação/renovação do 1T11 continuou até 17/04/2011.

Tabela 6 – Cálculo do Ticket Médio – EAD

Em R\$ milhões*	1T10	1T11	Var.
Receita Bruta EAD	11,3	22,4	98,2%
Deduções EAD	(3,1)	(7,2)	133,2%
Receita Líquida EAD	8,2	15,2	85,0%
Base de Alunos EAD (Final) (mil)	16,4	29,5	79,9%
Ticket Médio EAD (R\$)	166,7	171,4	2,8%

Obs.1: As informações estão apresentadas em milhões de Reais, a não ser quando indicado de outra forma na tabela.

Obs.2: A base de alunos utilizada para demonstração do ticket médio do 1T11 é a quantidade de alunos efetivamente na base em 31/03/2011 e difere da apresentada nas Tabelas 1 e 2, uma vez que a captação/renovação do 1T11 foi encerrada em 23/03/2011.

No 1T11, a **receita operacional líquida** totalizou R\$275,8 milhões, um aumento de 7,7%, devido ao aumento de 7,5% na base de alunos no 1T11 e aos reajustes de mensalidades aplicados no período.

O **ticket médio presencial** do 1T11 somou R\$427,8 um crescimento de 3,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Excluindo as aquisições, o ticket médio apresentou um aumento de 5,3%, refletindo o reajuste conforme a inflação no período. O impacto no ticket médio consolidado ocorreu em função da consolidação parcial das receitas da FAA (a partir de 24/01/2011) e da FAL (a partir de 22/02/2011) no 1T11.

O **ticket médio EAD** apresentou um crescimento de 2,8%, totalizando R\$171,4, resultado das campanhas de captação para aumento da base e consolidação do segmento, que atende a um público diferente do presencial.



Custos dos Serviços Prestados

Tabela 7 – Composição dos Custos dos Serviços Prestados

Em R\$ milhões	1T10	1T11	Variação
Custo Caixa dos Serviços Prestados	(158,6)	(168,7)	6,4%
Pessoal	(120,8)	(130,2)	7,8%
Pessoal e encargos	(100,1)	(105,8)	5,7%
INSS	(20,6)	(24,4)	18,4%
Aluguéis, condomínio e IPTU	(23,6)	(25,1)	6,4%
Material didático	(2,2)	(3,1)	40,9%
Serviços de terceiros e outros	(12,0)	(10,3)	-14,2%

Obs.: Foi realizada uma reclassificação na linha de não recorrentes de R\$1,8 milhão no 1T10, que estavam alocados como não recorrentes nas despesas gerais e administrativas e passaram a ser alocados em custos dos serviços prestados para fins de comparação com 2011.

Tabela 8 – Análise Vertical dos Custos dos Serviços Prestados

% em relação à receita operacional líquida	1T10	1T11	Variação
Custo Caixa dos Serviços Prestados	-62,0%	-61,2%	0,8 p.p.
Pessoal	-47,2%	-47,2%	0,0 p.p.
Pessoal e encargos	-39,1%	-38,4%	0,7 p.p.
INSS	-8,0%	-8,8%	-0,8 p.p.
Aluguéis, condomínio e IPTU	-9,2%	-9,1%	0,1 p.p.
Material didático	-0,9%	-1,1%	-0,2 p.p.
Serviços de terceiros e outros	-4,7%	-3,7%	1,0 p.p.

A relação **custo caixa recorrente com a receita líquida** apresentou um ganho de eficiência de 0,8 p.p., em função principalmente da eficiência na gestão dos serviços de terceiros (ganho de 1 p.p.) e de aluguéis, condomínios e IPTU (ganho de 0,1 p.p.).

A relação do custo de pessoal (incluindo INSS) com a receita líquida ficou estável em 47,2%, devido à **maior eficiência na gestão do custo docente**, o que permitiu a compensação dos efeitos da última parcela do escalonamento do INSS e da inflação no período.

Os custos não recorrentes no valor de R\$3,4 milhões registrados no 1T11 são associados às rescisões contratuais de pessoal, que resultaram em redução na base de professores em função de processos de reestruturação e ganho de qualidade em algumas unidades em Minas Gerais e Bahia, e com reflexos no resultado recorrente já no 1T11.



Divulgação de Resultados 1T11

Lucro Bruto

Tabela 9 – Demonstração do Lucro Bruto

Em R\$ milhões	1T10	1T11	Variação
Receita operacional líquida	256,0	275,8	7,7%
Custos dos serviços prestados	(168,5)	(177,6)	5,4%
Lucro Bruto	87,5	98,2	12,2%
(-) Custos não recorrentes	4,3	3,4	-20,9%
(-) Depreciação	5,5	5,5	0,0%
Lucro Bruto Caixa Recorrente	97,3	107,1	10,1%
<i>Margem Bruta Recorrente</i>	<i>38,0%</i>	<i>38,8%</i>	<i>0,8 p.p.</i>

O **lucro bruto caixa recorrente** no 1T11 somou R\$107,2 milhões, um aumento de 10,1% em comparação ao 1T10, gerando um ganho de 0,8 p.p. de margem bruta, em função do aumento de 7,7% na receita líquida e ganhos nos principais custos.

Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas

Tabela 10 – Composição das Despesas Comerciais Gerais e Administrativas

Em R\$ milhões	1T10	1T11	Variação
Despesas Caixa - Comerciais, Gerais e Administrativas	(61,0)	(65,1)	6,7%
Despesas Comerciais	(24,4)	(29,0)	18,9%
PDD	(5,0)	(5,2)	4,0%
Publicidade	(19,4)	(23,7)	22,2%
Despesas Gerais e Administrativas	(36,6)	(36,1)	-1,4%
Pessoal	(15,9)	(17,8)	11,9%
Pessoal e encargos	(13,4)	(14,9)	11,2%
INSS	(2,5)	(2,9)	16,0%
Outros	(20,7)	(18,3)	-11,6%

Obs. 1: Foi realizada uma reclassificação na linha de publicidade de R\$3,1 milhões no 1T10, que estavam alocados como despesas gerais e administrativas e passaram a ser alocados em despesas comerciais para fins de comparação com 2011.

Obs. 2: Foi realizada uma reclassificação na linha de não recorrentes de R\$1,8 milhão no 1T10, que estavam alocados como não recorrentes nas despesas gerais e administrativas e passaram a ser alocados em custos dos serviços prestados para fins de comparação com 2011.



Divulgação de Resultados 1T11

Tabela 11 – Análise Vertical das Despesas Comerciais Gerais e Administrativas

% em relação à receita operacional líquida	1T10	1T11	Variação
Despesas Caixa - Comerciais, Gerais e Administrativas	-23,8%	-23,5%	0,3 p.p.
Despesas Comerciais	-9,5%	-10,5%	-1,0 p.p.
PDD	-2,0%	-1,9%	0,1 p.p.
Publicidade	-7,6%	-8,6%	-1,0 p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	-14,3%	-13,0%	1,3 p.p.
Pessoal	-6,2%	-6,4%	-0,2 p.p.
Pessoal e encargos	-5,2%	-5,4%	-0,2 p.p.
INSS	-1,0%	-1,1%	-0,1 p.p.
Outros	-8,1%	-6,6%	1,5 p.p.

As **despesas gerais e administrativas** representaram 6,6% da receita líquida no 1T11, um ganho de margem de 1,2 p.p. em relação ao 1T10, devido à eficiência da gestão via orçamento matricial, implantada desde 2008 na Empresa, e de reversões favoráveis na linha de provisão para contingências.

As **despesas com publicidade** representaram 8,6% da receita líquida no 1T11, em função de maiores gastos com campanhas publicitárias realizadas no trimestre para impulsionar o período de captação, estratégia acertada dado o resultado recorde em novas matrículas.

Estes resultados demonstram o compromisso com a estratégia de controlar despesas com disciplina, de modo que possamos reinvestir nossos recursos em publicidade e ainda assim, expandir nossas margens, ou seja, continuamos gerando economias “dentro de casa” para ampliar nossos recursos para crescimento.

EBITDA

Tabela 12 – Demonstração do Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA)

Em R\$ milhões	1T10	1T11	Variação
Receita Operacional Líquida	256,0	275,8	7,7%
(-) Custo Caixa dos Serviços Prestados	(158,6)	(168,7)	6,4%
(-) Despesas Caixa Comerciais, Gerais e Administrativas	(61,0)	(65,1)	6,7%
(+) Resultado financeiro operacional	3,4	5,8	70,6%
EBITDA recorrente	39,6	47,9	21,0%
Margem EBITDA recorrente	15,5%	17,4%	1,9 p.p.
(+) Depreciação e Amortização	7,4	9,2	24,3%
EBIT recorrente	32,3	38,7	19,8%
Margem EBIT recorrente	12,6%	14,0%	1,4 p.p.

O **EBITDA recorrente** do 1T11 somou R\$47,9 milhões e a **margem EBITDA** totalizou 17,4%, um aumento de 1,9 p.p. em relação ao 1T10. Esse aumento na margem é devido, principalmente, ao aumento na receita líquida, que mais do que compensou o investimento extra em publicidade, à eficiência na gestão dos custos diretos e à diluição das despesas gerais e administrativas, que foram reduzidas em valores nominais em relação ao 1T10. Ainda contribuiu para o ganho de margem, o resultado financeiro operacional, composto por receitas de multas e juros sobre mensalidades, que totalizaram R\$5,8 milhões, um aumento de 0,8 p.p. na margem do 1T11.



Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento

Tabela 13 – Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento

Evolução do contas a receber (R\$ milhões)	1T10	2T10	3T10	4T10	1T11
Contas a Receber Bruto	208,8	249,9	256,3	201,8	228,9
FIES	4,6	5,4	17,5	15,3	21,2
Mensalidades de alunos	179,5	220,0	207,9	168,2	184,2
Acordos a receber	24,7	24,6	30,9	18,3	23,5
<i>Cartões a receber</i>	<i>1,1</i>	<i>6,0</i>	<i>11,8</i>	<i>6,9</i>	<i>12,8</i>
<i>Cheques a receber</i>	<i>15,5</i>	<i>16,8</i>	<i>16,2</i>	<i>6,9</i>	<i>6,6</i>
<i>Taxas a receber</i>	<i>8,2</i>	<i>1,8</i>	<i>2,9</i>	<i>4,4</i>	<i>4,1</i>
Saldo PDD	(85,1)	(102,2)	(107,3)	(45,4)	(49,9)
Contas a Receber Líquido	123,7	147,7	148,9	156,4	179,0
(-) FIES	(4,6)	(5,4)	(17,5)	(15,3)	(21,2)
Contas a Receber Líquido Ex. FIES	119,1	142,3	131,5	141,1	157,8
Receita Líquida (Últimos 12 meses)	1.000,3	1.010,0	1.008,1	1.016,2	1.036,0
Dias do Contas a Receber Líquido Ex. FIES	43	51	47	50	55

O número de **dias do contas a receber de alunos** (mensalidades e acordos) ficou em 55 dias no 1T11. O aumento em relação ao 1T10 deve-se, principalmente, ao fim da concessão de descontos aos alunos por antecipação do pagamento de mensalidades, instituído a partir do 2T10. Desde então, os dias de recebíveis têm oscilado entre 45 e 55 dias, plenamente em linha com a sazonalidade do nosso modelo de negócio.

O **contas a receber FIES**, que apresentou um aumento de R\$5,9 milhões no trimestre, é composto pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal, sendo utilizados pela Estácio para pagamento de impostos federais, ou seja, representam créditos fiscais sem qualquer risco de inadimplência. Além dos créditos no contas a receber, temos no balanço mais R\$22,6 milhões já convertidos em certificados aguardando utilização ou recompra.

Os **Acordos a receber** permaneceram estáveis e bem controlados no período, tendo a linha de Cartões de Crédito a receber apresentado um aumento de R\$11,7 milhões, quando comparada ao 1T10, evidenciando também uma melhoria na qualidade de crédito, dado que essa modalidade elimina o risco de inadimplência para a Companhia.

Em dezembro de 2010, os recebíveis vencidos há mais de 360 dias foram baixados do contas a receber (R\$53 milhões), assim como de suas respectivas provisões para devedores duvidosos (PDD) e não produziu qualquer efeito no resultado ou no capital de giro da Companhia.



Investimentos (CAPEX e Investimentos em Aquisições)

Gráfico 1 – Composição dos Investimentos (R\$ milhões)



O capex de aquisição é composto por R\$24,1 milhões de ágio de aquisições e R\$3,1 milhões do ativo permanente das novas controladas.

No 1T11, o **CAPEX orgânico** totalizou R\$20,6 milhões, alocados, principalmente, em novos equipamentos, bibliotecas e laboratórios das nossas unidades. Cerca de R\$10 milhões deste CAPEX orgânico estão relacionados ao projeto de substituição do parque de computadores utilizados por toda a Empresa e seus alunos em uma negociação baseada na escala da operação da Estácio, novamente demonstrando nosso compromisso com a qualidade e sustentabilidade da instituição.

A Estácio também investiu R\$5,9 milhões em **projetos de expansão, revitalizações e melhorias** de unidades, tais como o lançamento da nova unidade no início do ano em São Paulo (Chácara Flora) e as reestruturações e reformas realizadas no Campus Sulacap e no Campus Ibiúna.

Os **investimentos em aquisições** somaram R\$27,2 milhões, em função das aquisições da FAA e da FAL que foram finalizadas no 1T11.



Divulgação de Resultados 1T11

Fluxo de Caixa

Gráfico 2 – Fluxo de Caixa Operacional Recorrente (R\$ milhões)

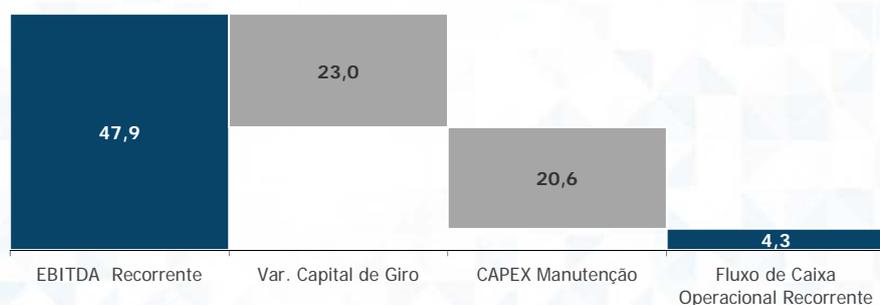
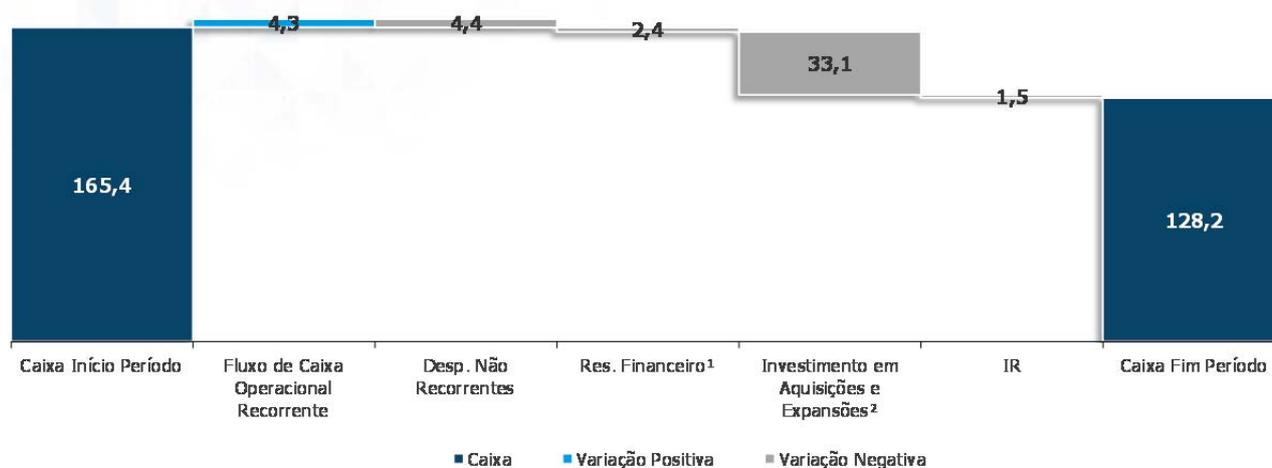


Gráfico 3 – Fluxo de Caixa (R\$ milhões)



¹ Resultado Financeiro excluindo o Resultado Financeiro Operacional (-R\$4,2 milhões) + Financiamentos (+R\$1,8 milhões)

² Composição dos Investimentos: Ágio Aquisições (-R\$15,5 milhões) + Ativo Imobilizado da FAA e FAL (-R\$3,2 milhões) + CAPEX Expansão (-R\$5,9 milhões)

A redução de R\$37,2 milhões no **caixa** da Companhia refere-se principalmente ao CAPEX de expansão de R\$5,9 milhões e aos R\$27,2 milhões das aquisições finalizadas no período (FAA e FAL).



Divulgação de Resultados 1T11

Capitalização e Caixa

Tabela 14 – Capitalização e Caixa

Em R\$ milhões	31/03/2010	31/12/2010	31/03/2011
Patrimônio líquido	481,0	585,9	614,2
Empréstimos e financiamentos	4,4	9,5	11,3
Curto prazo	4,2	1,8	4,4
Longo prazo	0,2	7,8	6,9
Caixa e equivalentes	224,5	165,4	128,2
Caixa Líquido	220,1	155,9	116,9

Ao final do 1T11, o **caixa líquido** totalizava R\$116,9 milhões, aplicados conservadoramente em instrumentos de renda fixa, referenciados ao CDI, em títulos do governo federal e certificados de depósitos de bancos nacionais de primeira linha.

O **endividamento bruto** de R\$11,3 milhões no 1T11 corresponde basicamente ao contrato FINAME e à capitalização das despesas de *leasing* com equipamentos em cumprimento à Lei 11.638.

Dados das Teleconferências sobre Resultados

Teleconferência (em Português)	Teleconferência (em Inglês)
Data: 13 de maio de 2011	Data: 13 de maio de 2011
Horário: 10h00 (Brasília) / 09h00 (NY)	Horário: 12h00 (Brasília) / 11h00 (NY)
Telefone de Conexão: +55 (11) 3127-4971	Telefone de Conexão: +1 (412) 317-6776
Webcast: www.estacioparticipacoes.com.br/ri	Webcast: www.estacioparticipacoes.com.br/ir
Replay: disponível de 13/05 a 20/05/2011	Replay: disponível de 13/05 a 21/05/2011
Telefone de Acesso: +55 (11) 3127-4999	Telefone de Acesso: +1 (412) 317-0088
Código de Acesso: 55569227	Código de Acesso: 450047#

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Estácio são meramente projeções e, como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.



Divulgação de Resultados 1T11

Demonstração de Resultados em IFRS

Em R\$ milhões	1T10	1T11	Variação
Receita Operacional Bruta	365,4	398,2	9,0%
Mensalidades	362,0	394,5	9,0%
Outras	3,4	3,8	11,8%
Deduções da Receita Bruta	(109,4)	(122,4)	11,9%
Descontos e Bolsas	(98,6)	(111,0)	12,6%
Impostos	(10,8)	(11,4)	5,6%
Receita Operacional Líquida	256,0	275,8	7,7%
Custos dos Serviços Prestados	(168,5)	(177,6)	5,4%
Pessoal	(120,8)	(130,2)	7,8%
Aluguéis, condomínio e IPTU	(23,6)	(25,1)	6,4%
Material Didático	(2,2)	(3,1)	40,9%
Serviços de terceiros e outros	(12,0)	(10,3)	-14,2%
Custos não recorrentes	(4,3)	(3,4)	-20,9%
Depreciação	(5,5)	(5,5)	0,0%
Lucro Bruto	87,5	98,2	12,2%
(-) Custos não recorrentes	4,3	3,4	-20,9%
Lucro Bruto Recorrente	91,9	101,6	10,6%
Margem Bruta Recorrente	35,9%	36,8%	0,9 p.p.
Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(64,3)	(69,8)	8,6%
Despesas Comerciais	(24,4)	(29,0)	18,9%
PDD	(5,0)	(5,2)	4,0%
Publicidade	(19,4)	(23,7)	22,2%
Despesas Gerais e Administrativas	(38,0)	(37,1)	-2,4%
Pessoal	(15,9)	(17,8)	11,9%
Outros	(20,7)	(18,3)	-11,6%
Despesas não recorrentes	(1,3)	(1,0)	-23,1%
Depreciação	(1,9)	(3,7)	94,7%
EBIT	23,2	28,4	22,4%
Margem EBIT	9,1%	10,3%	1,2 p.p.
(-) Custos e despesas não recorrentes	5,7	4,4	-22,8%
(-) Resultado financeiro operacional	3,4	5,8	70,6%
EBIT Recorrente	32,3	38,7	19,8%
Margem EBIT Recorrente	12,6%	14,0%	1,4 p.p.
(-) Depreciação e amortização	7,4	9,2	24,3%
EBITDA Recorrente	39,6	47,9	21,0%
Margem EBITDA Recorrente	15,5%	17,4%	1,9 p.p.
Resultado financeiro	2,9	1,6	-44,8%
Depreciação e amortização	(7,4)	(9,2)	24,3%
Resultado das Atividades não continuadas	-	0,2	N.A.
Contribuição social	(0,1)	(0,4)	300,0%
Imposto de renda	(0,4)	(1,1)	175,0%
Lucro Líquido	25,6	28,7	12,1%
Custos e despesas não recorrentes	5,7	4,4	-22,8%
Lucro Líquido Recorrente	31,3	33,1	5,8%
Margem Líquida Recorrente	12,2%	12,0%	-0,2 p.p.



Divulgação de Resultados 1T11

Balanco Patrimonial em IFRS

Em R\$ milhões	31/03/2010	31/12/2010	31/03/2011
Ativo Circulante	381,5	390,4	378,6
Disponibilidades	85,5	44,7	38,8
Títulos e valores mobiliários	139,0	120,7	89,4
Contas a receber	123,7	156,4	179,0
Contas a compensar	0,9	14,5	22,6
Adiantamentos a funcionários/terceiros	4,2	6,2	4,2
Partes relacionadas	0,3	7,1	0,3
Despesas antecipadas	13,7	10,0	16,2
Outros	14,2	30,8	28,1
Ativo Não-Circulante	343,5	414,1	460,8
Realizável a Longo Prazo	33,1	58,7	61,0
Despesas antecipadas	4,3	2,2	1,5
Partes relacionadas	2,8	3,2	-
Depósitos judiciais	23,5	38,1	43,2
Impostos diferidos	2,5	15,3	16,3
Permanente	310,4	355,4	399,8
Investimentos	0,2	7,7	0,2
Imobilizado	192,0	211,0	228,3
Intangível	118,3	136,7	171,3
Total do Ativo	725,0	804,5	839,4
Passivo Circulante	173,5	139,5	146,0
Empréstimos e financiamentos	4,2	1,8	4,4
Fornecedores	17,3	17,8	15,6
Salários e encargos sociais	74,8	58,0	81,0
Obrigações tributárias	14,1	18,9	12,2
Mensalidades recebidas antecipadamente	26,4	18,9	5,3
Parcelamento de tributos	0,4	0,3	0,3
Dividendos a pagar	30,5	19,2	19,2
Compromissos a pagar	1,3	1,5	4,9
Outros	4,5	3,2	3,1
Exigível a Longo Prazo	70,5	79,1	79,2
Empréstimos e financiamentos	0,2	7,8	6,9
Provisão para contingências	33,0	36,4	34,3
Adiantamento de convênio	22,9	20,7	20,0
Parcelamento de tributos	1,8	1,5	5,1
Provisão para desmobilização de ativos	12,6	12,7	12,9
Outros	0,1	-	0,1
Patrimônio Líquido	481,0	585,9	614,2
Capital social	295,8	360,1	360,1
Reservas de capital	101,8	106,9	107,2
Reservas de lucros	58,1	100,5	100,5
Lucros acumulados	25,6	-	28,7
Dividendo adicional proposto		19,2	19,2
Ajustes acumulados de conversão	(0,3)	(0,4)	(0,1)
Ações em Tesouraria	-	(0,3)	(1,3)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	725,0	804,5	839,4



Sobre a Estácio

A Estácio é uma das maiores **organizações privada de ensino superior** no Brasil em número de alunos matriculados, com presença nacional, em grandes cidades do país. Sua base de alunos possui perfil bastante diversificado, sendo, em sua maioria, jovens trabalhadores de média e média-baixa renda. Seu crescimento e liderança de mercado são atribuídos à qualidade de seus cursos, à localização estratégica de suas unidades, aos preços competitivos praticados e à sua sólida situação financeira.

Os pontos fortes da Estácio são:

Forte Posicionamento para Explorar o Potencial Crescimento do Mercado

- ◆ Presença nacional, com Unidades nos maiores centros urbanos do país
- ◆ Amplo portfólio de cursos
- ◆ Capacidade empresarial e financeira de inovação e melhoria dos nossos cursos
- ◆ Marca "Estácio", amplamente reconhecida

Qualidade Diferenciada de Ensino

- ◆ Currículos nacionalmente integrados
- ◆ Metodologia de ensino diferenciada
- ◆ Corpo docente altamente qualificado

Gestão Operacional Profissional e Integrada

- ◆ Modelo de gestão orientado por resultados
- ◆ Foco na qualidade do ensino

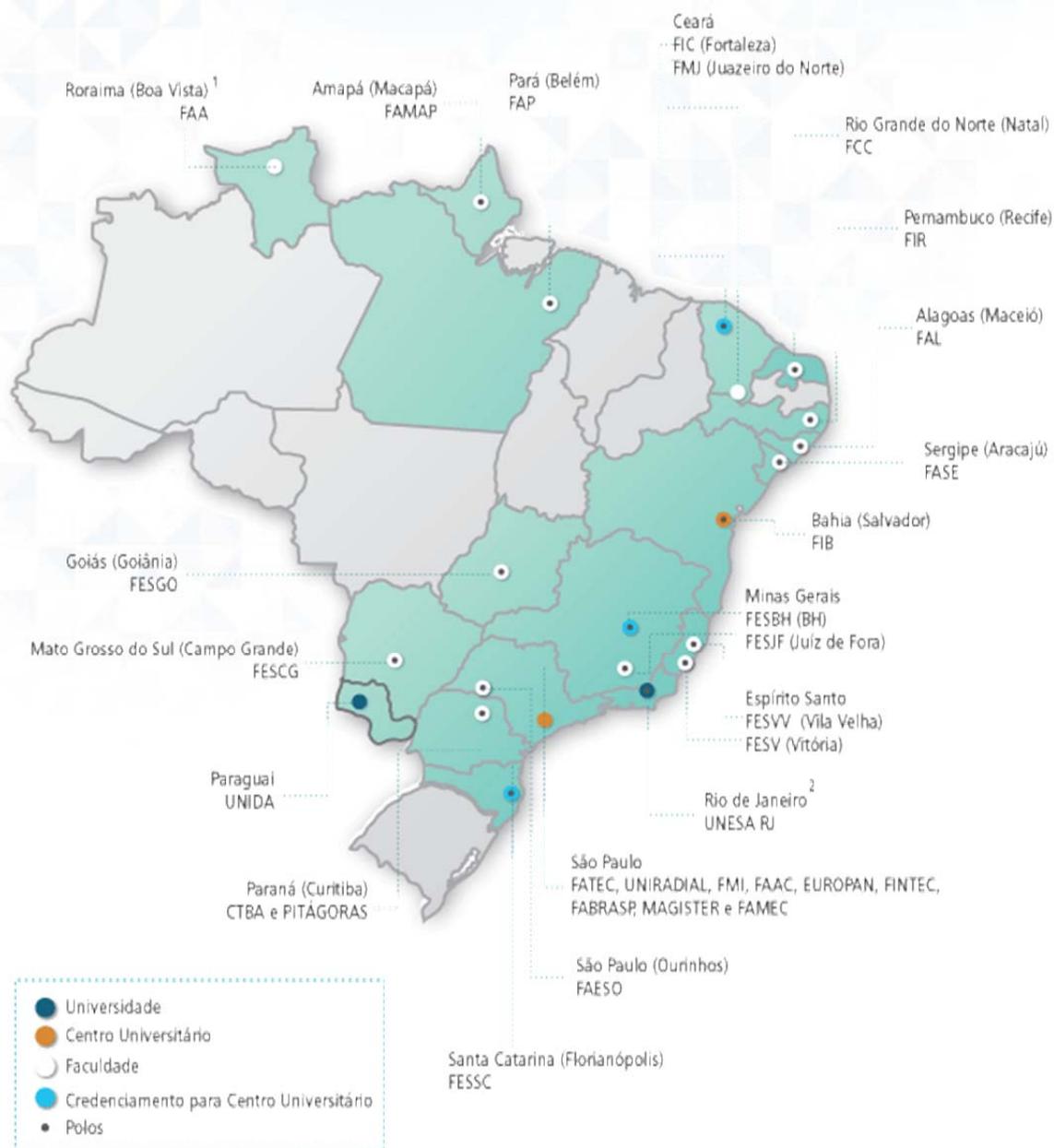
Modelo de Negócio Escalonável

- ◆ Crescimento com rentabilidade
- ◆ Expansão orgânica e via aquisições

Solidez Financeira

- ◆ Forte reserva de caixa
- ◆ Capacidade de geração e captação de recursos
- ◆ Controle do capital de giro

Ao final de março de 2011 a Estácio tinha 241,4 mil alunos de graduação, pós-graduação e ensino a distância matriculados em sua rede de ensino de abrangência nacional e atuação também no Paraguai, conforme mapa a seguir:



Data Base: 31/03/20101

1. Contexto operacional

A Estácio Participações S.A. (“Estácio” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007, e atualmente listada no Novo Mercado, tendo como instituições sob o seu controle, direto e indireto, 3 mantenedoras, constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada. O conglomerado reúne duas Universidades, dois Centros Universitários e 29 faculdades, distribuídas em 17 Estados do país e no exterior. A Estácio tem como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil e no exterior. A sede corporativa da Companhia está localizada na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 199, Rio de Janeiro - RJ.

As informações trimestrais consolidadas da Estácio Participações S.A. foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de maio de 2011.

2. Políticas contábeis

As informações trimestrais da Companhia para os trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010 foram preparadas e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

As informações trimestrais consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31/03/2011. As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

A demonstração do resultado de 31 de março de 2010 foi reclassificada para fins de melhor apresentação e comparabilidade no montante de R\$ 3.134. A despesa classificada em 2010 como despesas gerais e administrativas foi reclassificada para despesas comerciais.

2.1. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação na data do balanço é assim resumida:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
	<u>Direta</u>	<u>Direta</u>
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")	100%	100%
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental LTDA. ("IREP")	100%	100%
Sociedad de Enseñanza Superior S.A. ("SESSA")	100%	100%
	<u>31/03/2011</u>	
	<u>Indireta</u>	
Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")	100%	
Faculdade de Natal Ltda. ("FAL")	100%	

Em 24 de janeiro de 2011, A companhia adquiriu por meio de sua subsidiária IREP, a totalidade das quotas do capital social Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. , sociedade limitada, com sede na Cidade de Boa Vista, Estado de Roraima. A Sociedade é a mantenedora da Faculdade Atual da Amazônia – FAA ("FAA"). O valor da transação foi de R\$20.000, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data de aquisição a FAA possuía 4.500 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação, sendo a instituição líder em ensino superior privado do Estado de Roraima (informações não auditadas).

Em 22 de fevereiro de 2011 A companhia adquiriu por meio de sua subsidiária IREP a totalidade das quotas do capital social da ANEC – Sociedade Natalense de Educação e Cultura Ltda, sociedade limitada, com sede na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. A Sociedade é a mantenedora da Faculdade de Natal ("FAL"). O valor da transação foi de R\$12.500 parte em pagamento aos sócios e parte em assunção de obrigações da empresa.

Em dezembro de 2010, a FAL possuía 2.400 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação. Considerando que a Estácio já está presente na cidade, através da Faculdade Estácio de Natal – FEN, com 1.600 alunos, a transação representa um crescimento importante em Natal, uma das principais capitais da região Nordeste, com maior aproveitamento de sinergias e ganhos de escala (informações não auditadas).

O valor dos investimentos preliminarmente avaliados por empresa especializada independente e revisados pela Companhia na data do balanço de aquisição será objeto de eventuais ajustes em prazo inferior a um ano em conformidade com a Deliberação CVM nº 580/09 - CPC 15 e IFRS 3R.

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos de contas correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das sociedades consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas.

2.2. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se o seguinte:

- As receitas das atividades é reconhecidas quando da prestação dos serviços correlatos;
- O custo dos serviços prestados é reconhecido quando incorrido na prestação dos serviços respectivos. As despesas e receitas operacionais são reconhecidas quando incorridas.

2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora e consolidado. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para a controlada localizada no exterior a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos para Reais pelas taxas médias mensais dos períodos. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido da controladora.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 3.

2.5. Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica suas aplicações financeiras na categoria de mantidas para negociação, considerando o propósito para qual o investimento foi adquirido.

As aplicações financeiras mantidas para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, variação monetária e cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 3.

2.6. Contas a receber e mensalidades antecipadas

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do período de acordo com o regime de competência.

As contas a receber - Sistema FIES, estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto a Caixa Econômica Federal - CEF, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado exclusivamente para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) dos funcionários da Companhia.

2.7. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

2.8. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A participação societária em controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das controladas. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas controladas. A companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.9. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação de bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 7 que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. A amortização das benfeitorias em imóveis alugados é calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de locação. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do período em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

2.10. Intangível

O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, licenças de uso e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia e de suas controladas.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de custo ou despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.11. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor:

a) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável (Nota 8).

2.12. Arrendamento mercantil

▶ Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota 7. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

▶ Arrendamento operacional

São reconhecidos no resultado do exercício pelos pagamentos efetuados em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo o regime de competência dos exercícios.

2.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

2.14. Tributação

As controladas que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- ▶ IRPJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- ▶ COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e
- ▶ PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas recaem sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos seqüenciais de formação específica. Ainda em decorrência da alteração da forma jurídica para sociedade empresária, os seguintes eventos passaram a ocorrer a partir de outubro de 2005 para determinadas controladas e fevereiro de 2007 para a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. (“SESES”):

- (i) Término da imunidade tributária no âmbito do Imposto sobre Serviços (“ISS”); e
- (ii) Perda da isenção de 100% da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social (“INSS”), arcando com o ônus da mesma em bases escalonadas como previsto na legislação do PROUNI (20% no 1º ano, 40% no 2º ano até 100% no 5º ano) - SESES.

A Estácio Participações S.A. não goza das isenções advindas do PROUNI e apura normalmente os tributos federais.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permite que esses tributos não sejam recolhidos sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica e sejam transformados em reserva de lucro.

PIS e COFINS

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS às alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS à 7,6%.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- ▶ Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ativo ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- ▶ Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as

diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

- ▶ quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.15. Pagamento baseado em ações

A Companhia concedeu a seus principais executivos e administradores remuneração na forma de pagamento com base em ações. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus funcionários com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 20(b). As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados em contrapartida da reserva de capital.

2.16. Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e bônus e remuneração com base em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.17. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33).

2.18. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 a Companhia não possuía ativos e passivos monetários sobre os quais o ajuste a valor presente seria relevante.

2.19. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações trimestrais consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 20(b).

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2.20. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Pronunciamento Técnico CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC/IASB.

2.21. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.22. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e derivativos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo pode sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subseqüentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.23. Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

3 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
Caixa e bancos	5.223	896	24.039	15.277
Aplicações financeiras	256	11.435	14.778	29.450
Caixa e equivalentes de caixa	5.479	12.331	38.817	44.727
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	485	16.979	45.377	58.503
Debêntures de Instituições Financeiras	465	18.048	43.977	62.184
Titulos e valores mobiliários	950	35.027	89.354	120.687
Total	6.429	47.358	128.171	165.414

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI, Certificados de Depósito Bancário e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra) e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (IAS 7).

Os Certificados de Depósito Bancário, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, são remunerados a uma taxa de 101,0% a 105,5% do CDI em 31 de março de 2011 (de 101,0% a 105,5% do CDI em 31 de dezembro de 2010).

As Debêntures foram emitidas por instituição financeira de primeira linha, e estão registradas ao seu valor justo, remuneradas a taxa de até 100,5% a 108,0% do CDI controladora e consolidado em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4 Contas a receber

	Consolidado	
	31/3/2011	31/12/2010
FIES	21.185	15.302
Mensalidades de alunos	189.693	177.455
Cheques a receber	6.629	6.919
Cartões a receber	12.802	6.930
Taxas a receber	4.110	4.407
Créditos a identificar	(5.490)	(9.207)
Provisão para devedores duvidosos	(49.891)	(45.384)
	<u>179.038</u>	<u>156.422</u>

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	31/3/2011	%	31/12/2010	%
FIES	21.185	9%	15.302	7%
A vencer	68.666	29%	32.501	15%
Vencidas até 30 dias	40.153	17%	32.255	15%
Vencidas de 31 a 60 dias	18.503	8%	22.045	10%
Vencidas de 61 a 90 dias	5.826	3%	22.047	11%
Vencidas de 91 a 179 dias	30.195	13%	41.479	20%
Vencidas a mais de 180 dias	49.891	21%	45.384	22%
	<u>234.419</u>	<u>100%</u>	<u>211.013</u>	<u>100%</u>

As mensalidades recebidas antecipadamente, nos montantes de R\$ 5.320 e R\$ 18.891 em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, respectivamente, são apropriadas ao resultado considerando o período de sua competência.

A movimentação na provisão para devedores duvidosos consolidada foi como segue:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Complemento da provisão</u>	<u>Baixa</u>	<u>31/3/2011</u>
Mensalidades de Graduação	22.593	71.329	(71.325)	22.597
Mensalidades de Politécnico	8.782	23.592	(20.655)	11.719
Mensalidades de Especialização	3.097	11.674	(9.752)	5.019
Mensalidades de Mestrado	257	644	(502)	399
Mensalidades de Extensão	294	905	(861)	338
Provisão sobre outras dívidas	10.361	556	(1.098)	9.819
	<u>45.384</u>	<u>108.700</u>	<u>(104.193)</u>	<u>49.891</u>

Em 4 de junho de 2008, a Companhia firmou um Contrato de Consultoria ("Contrato") com a Marone Consultoria e Participações Ltda. ("Marone"), sociedade controlada pelos Srs. André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti, detentores de, aproximadamente, 0,8% das ações ordinárias de emissão da Companhia e acionistas integrantes do Acordo de Acionistas, celebrado em 4 de junho de 2008, tendo por objeto a prestação de serviços relacionados às atividades acadêmicas e de ensino superior e ao planejamento estratégico e desenvolvimento de novos negócios, além de estabelecer a obrigação de não competição por parte da Marone. O referido Contrato vigorará pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, a partir da data de sua assinatura.

Em contrapartida pelo comprometimento de não atuarem no setor de educação em entidades concorrentes nem, de qualquer forma, competirem com a Companhia e suas controladas, bem como pelos serviços prestados, foi estabelecida a remuneração total de R\$ 14.000, composta da seguinte forma: R\$ 2.800, no ato da assinatura do Contrato, a título de antecipação que será diluída ao longo de sua vigência, para a qual não há previsão de atualização monetária ou incidência de encargos financeiros, e 48 parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 233, cujo vencimento da primeira ocorreu no dia 6 de junho de 2008. Ficou acordado, ainda, que o valor das referidas parcelas será corrigido, na menor periodicidade admitida por lei, pelo IGP-M/FGV ou, na sua falta, por outro índice equivalente que venha a substituí-lo, desde a data da assinatura do Contrato até a data do efetivo pagamento de cada parcela.

A obrigação de não competição assumida pela Marone, pelos seus sócios e por quaisquer sociedades das quais estes venham a ser controladores é válida em todo território nacional. No entanto, ficam excluídas dessa obrigação as seguintes sociedades mantenedoras: SESSE, SESAL, SESAP e UNEC, incorporadas pela IREP em 30 de junho de 2010, conforme protocolo de incorporação assinado nessa data e SESSA, as quais o controle societário já havia sido transferido para a Companhia, e Asociación de Enseñanza Superior de Las Américas ("AESA"), cujo controle societário poderá ser transferido para a Companhia, conforme termos e condições estabelecidos no Memorando de Entendimentos firmado em 7 de abril de 2007 com os controladores dessas Sociedades, entre os quais os Srs. André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti.

O Contrato poderá ser rescindido, por iniciativa de qualquer uma das Partes, mediante o envio de notificação a outra Parte, com antecedência de 60 (sessenta) dias, devendo ser observado, nessa hipótese todas as implicações previstas no Contrato, entre as quais a obrigação de pagamento de indenização à Marone, em parcela única devidamente atualizada pela variação do IGP-M/FGV, no valor correspondente à soma das parcelas devidas até o final do contrato, em caso de rescisão por iniciativa da Companhia. Caso o Contrato seja rescindido, de forma antecipada, por parte da Marone, não cabe a esta qualquer pagamento indenizatório à Companhia.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 23 de julho de 2008, aprovou a celebração desse Contrato de Consultoria. Em 15 de janeiro de 2010 foi firmado o Termo Aditivo ao Contrato de Consultoria, contemplando o pagamento a título de antecipação, do valor de R\$ 4.909, que representa um deságio de 30% sobre o valor total do contrato, que permanece em pleno vigor

no que concerne a cláusula de não competição e está contabilizada em despesas antecipadas.

- (i) Em abril de 2009, março e em junho de 2010 foram celebrados contratos de mútuo com administradores, no valor total de R\$ 300, com vencimentos em abril de 2011. Em 31 de março de 2011 estes valores corrigidos totalizam R\$ 254.
- (ii) Em 28 de maio de 2009 foi celebrado um Instrumento Particular de Mútuo entre a Estácio Participações S.A. e a Escuela de Informática S.R.L., empresa com sede na Cidade de Montevideú, Uruguai, pertencente ao acionista controlador João Uchoa Cavalcanti Netto, no valor de US\$ 1.200 mil, equivalente a R\$ 2.340, cujo valor atualizado pelo índice de remuneração do contrato até 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 3.153, para que a mesma utilizasse tais recursos para adequação do seu capital de giro e investimentos.

Na mesma data foi assinado o Instrumento Particular de Opção de Compra de Quotas e Outras Avenças, através do qual a Estácio Participações S.A. possui o direito de exercer a opção de compra de adquirir 80% das quotas de emissão da Escuela de Informática S.R.L., em até 60 dias contados da divulgação das suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social no ano de 2011.

O preço de exercício da opção de compra é o valor resultante da aplicação da fórmula "Preço de exercício da opção" baseada em indicadores de Ebitda, dívida bancária e contingências.

Em 28 de janeiro de 2010, o Conselho de Administração aprovou a formalização de Termo Aditivo ao Contrato em questão, para autorizar a diretoria executiva da Companhia a alterar o prazo de pagamento das parcelas dos juros remuneratórios, que passa a ser a da data de amortização do principal do mútuo.

Em 31 de março de 2011 a Estácio assinou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, onde a Estácio adquire de João Uchoa Cavalcanti Netto a totalidade das quotas de que é titular na sociedade uruguaia Escuela de Informática S.R.L, representadas por 40 quotas ou 80% do capital. No mesmo ato, João Uchoa Cavalcanti Netto pagou para Estácio R\$ 3.153 a título de compensação por eventuais passivos e contingências assumidos em decorrência dessa transferência de propriedade. Este valor foi contabilizado como redutor dos saldos de despesas operacionais na Estácio em 31 de março de 2011.

Ainda nessa data foi assinado o Instrumento de Transação entre a Estácio e a Escuela de Informática S.R.L., onde a primeira concede para a segunda perdão da dívida referente ao contrato de mútuo, condicionado a assinatura do contrato de cessão e transferência de quotas da Estácio para o sócio minoritário que detem 10 quotas ou 20% de participação no capital da sociedade. Nesse ato a Estácio também recebeu quitação pelas obrigações decorrentes do contrato de gestão. O valor do perdão de dívida foi contabilizado na rubrica de despesas financeiras. Neste ato foi assinado Instrumento de Transação onde

Estacio vendeu ao sócio minoritário a totalidade das quotas que havia adquirido de João Uchôa Cavalcanti Netto, bem como assumiu o compromisso de pagar para aquele sócio minoritário a quantia de US\$ 150 mil, a título de compensação por eventuais problemas decorrentes do contrato de gestão.

- (iv) As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e suas controladas, estão mencionadas na nota explicativa 20.

6. Investimentos em controladas

Movimentação dos investimentos

	31/12/2009	Ajuste de avaliação patrimonial	Opções outorgadas	Reserva de Lucros	Equivalência patrimonial	Dividendos	AFAC	Provisão para passivo a descoberto	Incorporação	31/12/2010
Investimento										
SESES	131.829	-	5.894	(3.296)	13.628	-	91.317	-	-	239.372
SESPA	15.119	-	-	-	3.904	(3.000)	-	-	(16.023)	-
SESCE	58.893	-	-	-	16.368	(14.000)	-	-	(61.261)	-
SESPE	22.274	-	-	-	2.280	(4.000)	-	-	(20.554)	-
STB	45.096	-	-	-	6.606	(7.000)	-	-	(44.702)	-
IREP	55.712	-	-	(1.301)	38.788	(28.459)	-	-	160.224	224.964
RADIAL	3.032	-	-	-	1.599	-	-	-	(4.631)	-
SESSA	3.187	(105)	-	-	563	-	-	-	-	3.645
SESAL	6.736	-	-	-	1.798	-	-	-	(8.534)	-
SESSE	1.096	-	-	-	2.218	-	-	-	(3.314)	-
UNEC	417	-	-	-	(518)	-	-	(142)	243	-
SESAP	1.180	-	-	-	268	-	-	-	(1.448)	-
Total	344.571	(105)	5.894	(4.597)	87.502	(56.459)	91.317	(142)	-	467.981

	<u>31/12/2010</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Opções outorgadas</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>AFAC</u>	<u>31/3/2011</u>
Investimento						
SESES	239.372	-	369	13.467	39.600	292.808
SESPA	-	-	-	-	-	-
SESCE	-	-	-	-	-	-
SESPE	-	-	-	-	-	-
STB	-	-	-	-	-	-
IREP	224.964	-	-	17.645	-	242.609
RADIAL	-	-	-	-	-	-
SESSA	3.645	279	-	(170)	-	3.754
SESAL	-	-	-	-	-	-
SESSE	-	-	-	-	-	-
UNEC	-	-	-	-	-	-
SESAP	-	-	-	-	-	-
Total	<u>467.981</u>	<u>279</u>	<u>369</u>	<u>30.942</u>	<u>39.600</u>	<u>539.171</u>

	<u>SESES</u>	<u>IREP</u>	<u>SESSA</u>
Participação no capital	100%	100%	100%
Quantidade de quotas detidas	137.426	208.668	10.607
Capital social integralizado	137.426	208.668	3.035
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
31 de março de 2011	242.308	241.776	3.754
31 de dezembro de 2010	113.337	224.131	3.645
Saldo reserva - PROUNI			
31 de março de 2011	12.080		
31 de dezembro de 2010	12.080	15.463	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício			
31 de março de 2011	13.467	17.645	(170)
31 de dezembro de 2010	10.332	72.010	563
Adiantamento para futuro aumento de capital			
31 de março de 2011	50.500	833	
31 de dezembro de 2010	126.035	833	
Investimento total:			
31 de março de 2011	292.808	242.609	3.754
31 de dezembro de 2010	239.372	224.964	3.645
Investimento total:			
31 de março de 2011	539.171		
31 de dezembro de 2010	467.981		

Ágio em aquisições de investimentos

	<u>31/3/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	Controladora <u>31/12/2009</u>
	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
IREP	62.442	62.442	62.442
SESSA	<u>62.442</u>	<u>62.442</u>	<u>62.442</u>

O resultado de equivalência patrimonial registrado pela controladora é composto pela parcela do incentivo fiscal relativo ao PROUNI registrado no resultado das controladas, conforme estabelecido pela Lei nº 11.638/07, no valor de R\$ 8.631 (R\$ 27.543 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010).

As informações contábeis utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram as relativas à data-base 31 de março de 2011.

7. Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Custos com desmobilização	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	Biblioteca	Instalações	Outros	Construções em andamento	Saldo após os efeitos da nova prática
Saldos em 31 de dezembro de 2009	21.483	51.916	17.578	5.298	16.854	17.621	11.397	5.607	28.123	4.205	3.486	8.452	192.020
Aquisições	2	239	6.784	330	4.648	11.836	5.309	2.462	8.802	756	324	4.436	45.928
Baixas			(1.345)		(44)	(223)	(6)			(13)			(1.631)
Transferências	(2)	2.558	5.748		(502)	129	948	52	225		(752)	(8.404)	-
Depreciação/amortização		(1.258)	(4.194)	(1.448)	(2.138)	(11.133)	(1.791)	(571)	(1.895)	(578)	(352)		(25.358)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	21.483	53.455	24.571	4.180	18.818	18.230	15.857	7.550	35.255	4.370	2.705	4.484	210.958
Aquisições	140	6.238	1.616		1.492	10.736	1.520	300	1.203	175	443	6.678	30.541
Baixas	(140)	(6.180)			(1)	(3)	(1)	-					(6.325)
Transferências		16	336									(352)	-
Depreciação/amortização		(325)	(1.224)	(364)	(631)	(2.805)	(544)	(174)	(576)	(156)	(100)		(6.899)
Saldos em 31 de março de 2011	21.483	53.204	25.299	3.816	19.678	26.158	16.832	7.676	35.882	4.389	3.048	10.810	228.275
Saldos em 31 de março de 2011													
Custo total	21.483	90.194	79.246		42.305	62.494	45.616	17.484	64.631	7.849	6.048	10.810	448.160
Depreciação acumulada		(36.990)	(53.947)	3.816	(22.627)	(36.336)	(28.784)	(9.808)	(28.749)	(3.460)	(3.000)		(219.885)
Valor residual	21.483	53.204	25.299	3.816	19.678	26.158	16.832	7.676	35.882	4.389	3.048	10.810	228.275
Saldos em 31 de dezembro de 2010													
Custo total	21.483	90.120	77.293		39.972	63.949	31.322	17.186	63.003	7.613	5.572	4.484	421.997
Depreciação acumulada		(36.665)	(52.722)	4.180	(21.154)	(45.719)	(15.465)	(9.636)	(27.748)	(3.243)	(2.867)		(211.039)
Valor residual	21.483	53.455	24.571	4.180	18.818	18.230	15.857	7.550	35.255	4.370	2.705	4.484	210.958
Taxas anuais de depreciação - %		1,67%	11,11%		8,33%	25,00%	8,33%	6,67%	5,00%	8,33%	16,67%		

O imóvel do Campus Rebouças situado à Rua do Bispo, 83, de propriedade da SESES, foi dado em penhora, devido a um litígio na justiça, em que o Município do Rio de Janeiro está cobrando da SESES o pagamento do IPTU do referido imóvel. Consoante informações de seus consultores jurídicos, já foi obtido ganho de causa e a SESES vem diligenciando junto à Prefeitura a baixa do referido gravame.

Adicionalmente, conforme mencionado na Nota 9, determinados bens adquiridos através de financiamento foram dados em garantia aos respectivos contratos. A Companhia não concedeu outras garantias de bens de sua propriedade em nenhuma transação efetuada.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (IAS 36), “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação (valor de mercado), são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica. Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2010, estes ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 5 anos, utilizando taxa nominal de 4,5% ao ano como taxa de crescimento na perpetuidade (equivalente à taxa de inflação de longo prazo, não considerando qualquer crescimento real) e uma única taxa de desconto nominal de 13,9% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. O teste de recuperação dos ativos efetuado não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

Receitas - As receitas foram projetadas entre 2011 e 2015 considerando o crescimento da base de alunos das unidades gerados de caixa.

Custos e despesas operacionais - Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.

Investimentos de capital - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a aquisição de nova unidades e melhorias.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em

premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

8. Intangível

	Consolidado							
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	EAD e Integração	CSC	Central de Ensino	Central de Relacionamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	90.759	6.044	9.539	1.701	7.651	1.871	90	117.655
Adições	-	10.319	2.860	-	10.471	477	2.348	26.475
Variação cambial	(65)	-	-	-	-	-	-	(65)
Depreciação/amortização	-	(3.326)	(2.206)	(388)	(1.434)	-	(26)	(7.380)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>90.694</u>	<u>13.037</u>	<u>10.193</u>	<u>1.313</u>	<u>16.688</u>	<u>2.348</u>	<u>2.412</u>	<u>136.685</u>
Adições	31.569	1.339	-	-	3.349	-	779	37.036
Depreciação/amortização	-	(1.151)	(551)	(97)	(478)	(117)	-	(2.394)
Saldos em 31 de março de 2011	<u>122.263</u>	<u>13.225</u>	<u>9.642</u>	<u>1.216</u>	<u>19.559</u>	<u>2.231</u>	<u>3.191</u>	<u>171.327</u>

	Consolidado							
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	EAD e Integração	CSC	Central de Ensino	Central de Relacionamento	Outros	Total
Saldos em 31 de março de 2011								
Custo total	129.187	39.961	14.255	1.940	21.472	2.348	3.191	212.354
Amortização acumulada	<u>(6.924)</u>	<u>(26.736)</u>	<u>(4.613)</u>	<u>(724)</u>	<u>(1.913)</u>	<u>(117)</u>		<u>(41.027)</u>
Valor residual	<u>122.263</u>	<u>13.225</u>	<u>9.642</u>	<u>1.216</u>	<u>19.559</u>	<u>2.231</u>	<u>3.191</u>	<u>171.327</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010								
Custo total	97.618	38.622	14.254	1.940	18.123	2.348	2.441	175.346
Amortização acumulada	<u>(6.924)</u>	<u>(25.585)</u>	<u>(4.061)</u>	<u>(627)</u>	<u>(1.435)</u>		<u>(29)</u>	<u>(38.661)</u>
Valor residual	<u>90.694</u>	<u>13.037</u>	<u>10.193</u>	<u>1.313</u>	<u>16.688</u>	<u>2.348</u>	<u>2.412</u>	<u>136.685</u>
Taxas anuais de amortização -	Indefinida	20% aa	20% aa	20% aa	25% aa	20% aa	20% aa	

Em 31 março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o ágio apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	Consolidado			
			31/3/2011	31/12/2010
	Custo	Amortização acumulada	Varição Cambial	Líquido
Ágio em aquisições de investimentos				
IREP	127.583	(6.924)		120.659
SESSA	1.963		(359)	1.604
	<u>129.546</u>	<u>(6.924)</u>	<u>(359)</u>	<u>122.263</u>
				<u>90.694</u>

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2010, estes ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 5 anos, utilizando taxa nominal de 4,5% ao ano como taxa de crescimento na perpetuidade (equivalente à taxa de inflação de longo prazo, não considerando qualquer crescimento real) e uma única taxa de desconto nominal de 13,9% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. O teste de recuperação dos ativos efetuado não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:
Receitas - As receitas foram projetadas entre 2011 e 2015 considerando o crescimento da base de alunos das unidades gerados de caixa.

Custos e despesas operacionais - Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.

Investimentos de capital - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a aquisição de nova unidades e melhorias.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

9. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
Em moeda nacional					
Capital de giro	1,70% ao mês e/ou CDI + 0,25% ao mês			2.543	108
Contratos de arrendamento mercantil	IGPM + 12,3% a.a.			39	682
Contratos de arrendamento mercantil	11,8% a 22,1% a.a. 80% do contrato 4,5% a.a.e 20% do contrato 7% a.a.			125	124
Contrato FINAME		8.593	8.608	8.593	8.608
		<u>8.593</u>	<u>8.608</u>	<u>11.300</u>	<u>9.522</u>
Passivo circulante		1.715	1.089	4.422	1.760
Passivo não circulante		<u>6.878</u>	<u>7.519</u>	<u>6.878</u>	<u>7.762</u>
		<u>8.593</u>	<u>8.608</u>	<u>11.300</u>	<u>9.522</u>

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
2010				
2011				
2012	1.687	2.149	1.687	2.390
2013	2.148	2.148	2.148	2.148
2014	2.148	2.148	2.148	2.148
2015	895	1.074	895	1.076
Passivo não circulante	<u>6.878</u>	<u>7.519</u>	<u>6.878</u>	<u>7.762</u>

Em garantia dos arrendamentos mercantis foram oferecidas notas promissórias avalizadas pelos sócios e os próprios bens arrendados.

10. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/3/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/3/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Salários e encargos sociais a pagar	211	220	48.132	42.571
Provisão de férias			23.725	15.434
Provisão de 13º salário			9.121	
	<u>211</u>	<u>220</u>	<u>80.978</u>	<u>58.005</u>

11. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/3/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/3/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
ISS a recolher		31	5.904	3.538
IRRF a recolher		68	1.958	5.603
IRPJ a recolher		-	2.506	6.606
CSLL a recolher		7	920	2.425
PIS e COFINS a recolher	305	148	865	701
	<u>305</u>	<u>254</u>	<u>12.153</u>	<u>18.873</u>

12. Parcelamento de tributos

Parcelamentos	Consolidado	
	<u>31/3/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
ISS	182	48
PIS	85	14
COFINS	293	18
INSS	4.578	1.611
IPTU	105	106
Outros	187	-
	<u>5.430</u>	<u>1.797</u>
Passivo circulante	341	284
Passivo não circulante	5.089	1.513
	<u>5.430</u>	<u>1.797</u>

Referem-se basicamente a parcelamentos de tributos junto à Prefeituras e Previdência Social. Os montantes de pagamentos mensais são de aproximadamente

R\$ 25, restando ainda 41 e 152 parcelas, com término previsto para agosto de 2014 e novembro de 2024, respectivamente.

Em 31 de março de 2011 as controladas Atual e FAL mantinham R\$ 3.044 e R\$ 450 respectivamente em parcelamentos de tributos.

	Consolidado
2012	421
2013	400
2014	400
2015	400
2016	400
2017 a 2024	3.068
	<u>5.089</u>

13. Adiantamento de convênio

Em 24 de março de 2004, foi efetuado contrato de parceria entre a SESES e afiliadas (incluindo as Mantenedoras) e o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. com prazo de vigência até 24 de março de 2009, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/preferência ao Unibanco na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros. Em contrapartida, o Unibanco adiantou o equivalente a R\$ 4.000 a SESES e as Mantenedoras para serem compensados mensalmente no decorrer do contrato por meio de uma metodologia estipulada pelas partes.

Em 3 de agosto de 2006, foi efetuado contrato de parceria entre a SESES e afiliadas (incluindo as Mantenedoras) e o Unibanco com prazo de vigência até 31 de julho de 2011, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/preferência ao Unibanco na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros.

Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, ou seja, até 31 de julho de 2011, o Unibanco pagou a SESES e as Mantenedoras uma receita fixa de R\$ 15.954, que está sendo apropriada ao resultado por tal prazo contratual. Em 18 de fevereiro de 2008, sem que tenha havido mudanças significativas nas principais cláusulas contratuais, as partes firmaram novo acordo prorrogando a parceria até 18 de fevereiro de 2018. Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, o Unibanco pagou à Companhia uma quantia adicional de R\$ 18.000. Em 31 de março de 2011, o saldo da receita antecipada pelo convênio de reciprocidade bancária montava R\$ 19.965 (R\$ 20.687 em 31 de dezembro de 2010) classificado como passivo não circulante, o qual será amortizado pelo prazo contratual.

14. Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cível, trabalhista e tributária que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

Em 31 março de 2011, a provisão para contingências era composta da seguinte forma:

	Consolidado	
	<u>Provisão para contingências</u>	<u>Depósitos judiciais</u>
Saldos em 31 de março de 2011		
Cíveis	5.335	7.661
Trabalhistas	23.301	29.296
Tributárias	5.699	6.254
Saldo total	<u>34.335</u>	<u>43.211</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010		
Cíveis	6.403	4.765
Trabalhistas	24.330	27.062
Tributárias	5.711	6.254
Saldo total	<u>36.444</u>	<u>38.081</u>

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

Movimentação das contingências(em reais mil)

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	5.711	24.330	6.403	36.444
Adições	8	2.210	109	2.327
Reversões	(8)	(1.649)	(894)	(2.551)
Baixas	(12)	(1.590)	(283)	(1.885)
Saldos em 31 de março de 2011	<u>5.699</u>	<u>23.301</u>	<u>5.335</u>	<u>34.335</u>

a) Cíveis

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, não devolução de taxas de matrículas de cursos de férias, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico.

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a administração mantém provisão no montante de R\$ 5.335 em 31 de março de 2011 (R\$ 6.403 em 31 de dezembro de 2010).

Dentre as principais ações classificadas com risco de perda provável, podemos destacar a ação indenizatória distribuída em face da SESES, decorrente de acidente com “bala perdida” sofrido por uma aluna no interior do Campus Rebouças. A sentença de 1ª instância julgou parcialmente procedente o pedido para, em síntese, condenar a Companhia a pagar à aluna (a) o valor de R\$ 600 a título de danos morais e estéticos; (b) pensão mensal equivalente a um salário mínimo até que ela completasse 65 anos; e (c) o valor relativo ao tratamento médico necessário para a sua recuperação, a ser apurado em posterior fase de liquidação de sentença. Aos pais da aluna, foi concedida indenização por danos morais no valor de R\$ 100 para cada, e, aos irmãos, R\$ 50 para cada, também sob esse título. As partes interpuseram apelação contra a referida sentença. O recurso da Companhia foi parcialmente provido para reduzir a indenização por danos morais e estéticos devidos à aluna para R\$ 400. Quanto ao recurso da aluna, ele foi também parcialmente provido para transformar a pensão concedida à aluna em vitalícia e para determinar a constituição de capital garantidor da referida pensão. Além disso, o Tribunal condenou a Companhia a arcar com os custos do tratamento psicológico dos pais e irmãos da vítima. Os autores, não satisfeitos com o julgamento do recurso da aluna, interpuseram embargos infringentes. Tais embargos foram providos para se elevarem os valores de indenização, devidos à vítima, por danos morais e estéticos para R\$ 600, restabelecendo-se a sentença de primeira instância nesse aspecto especificamente. As

partes interpuseram recursos especiais contra os acórdãos acima referidos. O saldo em 31 de março de 2011 é de R\$ 1.635.

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de março de 2011 é de R\$ 38.074 (R\$ 35.594 - 31 de dezembro de 2010).

Dentre as principais ações avaliadas com risco de perda possível, podemos destacar:

- (i) Ação de Cobrança de Aluguel e Outras Obrigações em face da IREP e de seu respectivo fiador, decorrente de Contrato de Sublocação do Imóvel da Rua Coronel Luiz Barroso, nº 566, atual Rua Dr. Antônio Bento, nº. 509, firmado em 1º de janeiro de 1998, e encerrado em 15 de setembro de 2008, quando da entrega das chaves, ação essa em que a parte autora pleiteia, resumidamente, a condenação dos Réus no (i) pagamento as diferenças de aluguéis no valor de R\$ 496; (ii) pagamento do valor necessário para a reparação do imóvel, estipulado em R\$1.080, conforme devidamente apurado por meio de três orçamentos apresentados unilateralmente pela autora; (iii) aluguéis referentes ao período em que o imóvel está supostamente indisponível para utilização, tendo em vista as alegadas péssimas condições em que se encontra, até o tempo necessário para a realização dos reparos; (iv) multa correspondente a 3 meses de aluguel, pelo suposto descumprimento da obrigação de apresentar a documentação do imóvel e de devolver o imóvel em condições de uso. No dia 3 de fevereiro de 2009, foi realizada audiência no Setor de Conciliação do Fórum Central, conciliação essa que restou infrutífera. Atualmente, processo encontra-se em fase de conhecimento, especificamente em fase de realização de prova pericial, tendo sido o laudo pericial elaborado pelo perito judicial devidamente protocolado em cartório;
- (ii) Ação de indenização promovida por Hudson José Roque Lima e outros contra a STB, através da qual se objetiva a entrega de diploma do curso de tecnólogos em análises clínicas – curso que foi extinto pelo Ministério da Educação – MEC, bem como o pagamento de indenizações, a título de perdas e danos e danos morais. O processo está em fase de conhecimento, tendo sido iniciada a fase probatória com o requerimento de produção de prova testemunhal e documental superveniente, que será analisado pelo Juiz. Autos conclusos desde 1º de julho de 2010 até a presente data. O montante estimado é de R\$ 1.161;
- (iii) Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, proposta pelo Ministério Público Federal em face de várias instituições de ensino superior, dentre elas a SESES, através da qual se objetiva a abstenção das rés de cobrarem taxa para a confecção da primeira via do diploma de conclusão de curso e a devolução em dobro da taxa cobrada dos ex-alunos já formados. Tutela deferida para suspender a cobrança da 1ª via de diploma. A SESES deixou de cobrar a referida taxa antes do deferimento desta tutela, após, foi publicado despacho na imprensa oficial, no dia 16 de abril de 2010 determinando que os Réus se manifestassem em provas. Autos conclusos com o juiz desde 29 de junho de 2010 sem decisão até o presente momento. O valor estimado da causa é de R\$ 1.000.

b) Trabalhistas

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas são horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados professores. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a administração da Companhia mantém provisão no montante de R\$ 23.301 em 31 de março de 2011 (R\$ 24.330 em 31 de dezembro de 2010).

Dentre as principais ações trabalhistas classificadas com risco de perda provável, podemos destacar:

- (i) Ação trabalhista movida pelo Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Espírito Santo em face da SESES, por meio da qual requer o pagamento, em favor do corpo administrativo da Instituição, dos valores devidos a título de previdência privada, conforme Cláusula 10ª da Convenção Coletiva do Trabalho, a qual estabelece o recolhimento em favor de entidade de previdência privada de 6% sobre o total da folha salarial dos auxiliares, a ser rateado em partes iguais entre o total de colaboradores. Atualmente, o processo encontra-se em fase de execução, aguardando julgamento do agravo de petição que foi interposto em face da decisão que julgou parcialmente procedente os embargos à execução apresentados pela SESES. O valor estimado é de R\$ 1.905; e
- (ii) Ação trabalhista movida por ex-funcionário em face da SESES, com pedido de reintegração ao cargo de docente, sob a alegação de que seu processo de demissão não foi devidamente submetido à prévia apreciação do extinto Conselho Departamental, órgão interno e colegiado existente à época da contratação do referido reclamante. Adicionalmente, pleiteia o reclamante a condenação da Companhia ao pagamento do valor corresponde às férias em dobro, acrescidas de abono equivalente a 1/3 das férias, dentre outros pedidos de menor relevância. Atualmente, o processo encontra-se em fase de execução e foram apresentados, pela Companhia, embargos à execução. O valor estimado da causa é R\$ 1.560.

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista com perda possível, cujo valor em 31 de março de 2011 é de R\$ 55.455 (31 de dezembro de 2010 é de R\$ 54.030).

- (i) Ação movida pelo Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro em face da SESES, por meio da qual requer o pagamento de reajustes salariais em favor do corpo docente da Companhia (cerca de 5.595 professores quando da distribuição da ação), como previsto na Convenção Coletiva: 3% a partir de 1º de abril de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003 e 6,62% a partir de 1º de outubro de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003. Requer, também, multa de 10% sobre o salário base de cada professor substituído por descumprimento da norma coletiva de trabalho. Foi proferida

decisão desfavorável para a Companhia. O processo encontra-se em fase recursal, aguardando o julgamento do recurso interposto pela SESES. e o valor estimado é de R\$ 1.200;

- (ii) Ação movida pelo Ministério Público do Trabalho em face da SESES, na qual se discute a legalidade da alteração praticada pela Companhia no contrato de trabalho dos professores horistas, com a conseqüente mudança do sistema de cálculo dos pagamentos dos salários e a legalidade do procedimento trabalhista em manter professores em seu corpo docente sem turmas para ministrar aulas, situação de suspensão tácita e unilateral dos contratos de trabalho. O processo encontra-se temporariamente fora de pauta de julgamento, em razão das negociações de acordo que estão sendo conduzidas pelas partes envolvidas. O valor estimado da causa é de R\$ 500;
- (iii) Ação de Cumprimento movida pelo Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, através da qual requer o pagamento de diferenças salariais decorrentes da alegada não observância da isonomia salarial que deveria ser praticada entre o corpo de docentes, além do pagamento de multa de 10% prevista em Convenção Coletiva do Trabalho por descumprimento de obrigações convencionadas nesse instrumento. O processo encontra-se em fase de conhecimento, especificamente em fase de realização de prova pericial. O valor atribuído à causa pela parte autora é de R\$ 50.

(c) Tributárias

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão no montante de R\$ 5.699 em 31 de março de 2011 (R\$ 5.711 em 31 de dezembro de 2010).

Dentre as principais ações de natureza tributária não provisionadas nas demonstrações financeiras, pois foram consideradas como perdas possíveis pelos consultores jurídicos que assessoram a Companhia, cujo valor em 31 de março de 2011 podemos destacar:

- (i) Foram lavrados 27 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da SESES, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos aos exercícios sociais de 2003, 2004 e 2005 e descumprimento de obrigações acessórias, assim como foi lavrado termo de arrolamento de bens imóveis da SESES, decorrente do valor total de tais autuações. Esses autos questionam, principalmente, o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 09 de fevereiro de 2007 quando se transformou em sociedade empresária. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 22 de janeiro de 2009, através das quais, em linhas gerais, a SESES sustentou que sempre cumpriu integralmente todos os requisitos legais para o gozo do direito à isenção de tais contribuições previdenciárias até a data de transformação de sua natureza jurídica. Até 31.12.2010, a SESES tomou ciência de 05 (cinco) decisões de 1ª instância administrativa, sendo que (a)

03 (três) foram integralmente favoráveis a SESES, no valor total de aproximadamente R\$ 33, e versaram exclusivamente sobre o reconhecimento, pela Secretaria da Receita Federal, de erro material na fundamentação fática e legal das respectivas autuações; e (b) duas desfavoráveis que mantiveram, exclusivamente, a aplicação de multas acessórias, no valor unitário de R\$ 12, decorrente de suposto descumprimento de intimação fiscal para apresentação de documentos e/ou informações solicitadas pela fiscalização. Em decorrência de tais decisões desfavoráveis, a SESES interpôs os respectivos recursos voluntários. Os processos administrativos com decisões integralmente favoráveis à SESES foram encerrados. No decorrer dos meses de fevereiro e março de 2011, a SESES e a Estácio Participações, em 09 autos de infração, foram intimadas para ciência de decisões de 1ª instância administrativa que deram provimento parcial às nossas respectivas impugnações, para reconhecer a decadência e excluir dos lançamentos o período de 01/2003 a 11/2003, tendo sido mantidos os demais argumentos da fiscalização. Em face de tais de decisões, foram interpostos recursos voluntários, os quais se encontram pendentes de julgamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Em virtude dos efeitos da decadência do direito de cobrar os alegados débitos do período de 01/2003 a 11/2003, o valor total envolvido dessas autuações reduziu de R\$ 489.620 para R\$ 365.503. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos continua a ser remota.

- (ii) Ação Popular, movida por Luiz Claudio de Lemos Tavares, em face da SESES e da Companhia, objetivando anular o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), relativamente ao triênio 2001 a 2003 e, por conseqüência, a compelir a SESES a ressarcir o erário público os tributos não recolhidos, em decorrência de sua imunidade. Em 22 de setembro de 2009, foi publicada decisão que reconheceu a ilegitimidade passiva da Companhia. Em 26.11.2010, foram opostos Embargos de Declaração pelo autor, os quais foram rejeitados, conforme sentença publicada em 11.02.2011. Em 01.03.2011, foi juntado recurso de apelação interposto pelo autor, o qual se encontra pendente de julgamento. . De acordo com os nossos consultores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesse processo é remota e o valor atualizado da demanda é de R\$182.555 (Valor atribuído à causa pelo autor);
- (iii) Foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro em face da SESES, o qual aponta as supostas infrações: (i) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de janeiro de 2005 a janeiro de 2007, por ter transferido todo o seu patrimônio em fevereiro de 2007 para uma "*nova sociedade por quotas limitadas*"; (ii) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de fevereiro de 2007 a julho de 2009, por não incluir na base de cálculo do ISS o valor das bolsas concedidas através do PROUNI; e (iii) insuficiência de retenção e recolhimento de ISS devido pelos serviços prestados por empresas de guarda, vigilância, conservação e limpeza de imóveis, no período de janeiro de 2005 a maio de 2009. Em 19 de fevereiro de 2010, a empresa apresentou impugnação ao referido auto de infração. No momento, aguarda-se decisão de 1ª instância. O valor atualizado da autuação é de R\$145.141. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é remota;

- (iv) Ação Ordinária distribuída pela SESES, em face da União Federal/Fazenda Nacional, através da qual pleiteia autorização para recolher as contribuições previdenciárias, de acordo com a gradação prevista no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 (“Lei do PROUNI”), tendo essa gradação início a partir do 1º mês de realização da assembléia geral que autorizou a transformação da sua natureza jurídica para sociedade com fins lucrativos, ocorrida em fevereiro de 2007, resultando, por conseguinte, na seguinte gradação para recolhimento das contribuições previdenciárias pela SESES: 20% em 2007; 40% em 2008; 60% em 2009; 80% em 2010 e 100% em 2011, em detrimento do entendimento da fiscalização do INSS, a qual defende que a contagem do prazo de cinco anos para a aplicação da gradação dos percentuais previstos no referido artigo 13 da Lei do PROUNI teria o seu início com a publicação da referida Lei, o que ocorreu em 2005. A SESES requer, ainda, a antecipação dos efeitos da tutela para que a Fazenda Nacional se abstenha de recusar a expedição de Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos de Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, assim como de praticar quaisquer outros atos tendentes a exigir da SESES supostos débitos objeto da “Consulta Regularidades junto ao Fisco Previdenciário”, sendo a exigibilidade dos mesmos suspensa ou ainda daqueles resultantes da interpretação dada pela SESES ao artigo 13 da Lei No. 11/096/05. Em 16 de agosto de 2010 foi publicada sentença que julgou improcedente o pedido formulado pela SESES, contra a qual foi interposto recurso de apelação em 1º de setembro de 2010. Em 7 de outubro de 2010 a União apresentou suas contra-razões. Em 27.10.2010, os autos foram distribuídos à 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal, onde se encontram em conclusão. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 10.336;
- (v) Foram lavrados autos de infração, através dos quais a Prefeitura de Niterói cobra da SESES o ISS do período compreendido entre janeiro de 2004 a janeiro de 2007, tendo em vista a suspensão da imunidade tributária, realizada pela Administração Pública Municipal em razão de alegado descumprimento dos requisitos para o gozo da imunidade previstos no art. 14 do CTN, ou seja, por não ter sido supostamente apresentada à fiscalização a escrita fiscal e contábil nos termos da legislação em vigor. Adicionalmente, são exigidas diversas multas por descumprimento de obrigações acessórias, algumas sem qualquer respaldo legal e outras com possível caráter confiscatório. Foram apresentados os recursos voluntários contra as decisões de 1ª instância administrativa que julgaram improcedentes as impugnações apresentadas pela SESES. Estamos aguardando as decisões de 2ª instância administrativa. O valor total autuado é de R\$ 11.073. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é possível;
- (vi) Ação Declaratória e de Repetição de Indébito distribuída pela SESES, em face da União Federal, para discutir judicialmente a exigência da contribuição ao PIS. Trata-se de ação objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária da obrigação do recolhimento da contribuição ao PIS na medida em que a Companhia era portadora do CEBAS, bem como do reconhecimento do direito à restituição dos valores recolhidos nos últimos dez anos. Em 1ª e 2ª instâncias, foram proferidas decisões favoráveis à Companhia, reconhecendo a imunidade e crédito decorrente do recolhimento indevido. Atualmente, o processo encontra-se pendente de julgamento de recurso especial, interposto pela própria SESES para majoração de honorários advocatícios, bem como de recurso extraordinário,

interposto pela União Federal, pleiteando a improcedência do pedido inicial. Por conta desse processo, foram depositados os valores que seriam devidos a título do PIS (à base de 1% da folha de pagamento), até o momento da transformação da SESES de entidade sem fins lucrativos e beneficente de assistência social em sociedade empresária, ocorrida em 9 fevereiro de 2007. O valor total depositado é de R\$ 5.358;

(vii) Auto de Infração, lavrado pela Secretaria da Receita Federal, contra a SESES, tendo por objeto alegados débitos de COFINS, relativos ao exercício social de 1996, por entender que a Instituição não preenchia todos os requisitos legais para sua qualificação como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à imunidade tributária. Essa autuação continua sendo discutida em esfera administrativa, especificamente no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 3.490;

(viii) Ação Anulatória distribuída pela SESES, em face da União Federal, objetivando deconstituir o crédito fiscal objeto da Intimação para Pagamento nº 86202/2008, consubstanciada na cobrança de contribuições previdenciárias supostamente devidas no período compreendido entre dezembro de 2005 e fevereiro de 2008. Atualmente, o processo encontra-se em fase de conhecimento, aguardando decisão administrativa de 1ª instância. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 2.221;

(ix) Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal para exigir da SESES a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), relativa ao período compreendido entre 31 de janeiro de 2006 e 31 de janeiro de 2007, supostamente incidente sobre receitas não decorrentes das atividades próprias da Instituição. Apresentamos impugnação em 13 de outubro de 2010. No momento, aguarda-se a apreciação da referida impugnação. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é possível e o valor estimado da demanda é de R\$ 1.624; e

(x) Execução Fiscal ajuizada em face da IREP (sucessora legal dos direitos e obrigações da incorporada Sociedade de Ensino Superior de Sergipe Ltda.), tendo como fundamento o débito consubstanciado no Auto de Infração nº 132460, relativo a valores de ISS supostamente devidos no período compreendido entre janeiro de 2003 a janeiro de 2007. Foi apresentada exceção de pré-executividade em 31.03.2011, A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é possível e o Valor envolvido atualizado é de R\$ 3.135.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) ações. Em 31 de março de 2011 o capital social é representado por 82.038.041 ações ordinárias.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2010 foi aprovado o Protocolo de Justificação de Incorporação da Moena Participações S.A. pela Companhia. A incorporação resultará em benefícios financeiros para incorporadora. O ágio originalmente registrado pela incorporada e atribuído à rentabilidade futura da incorporadora, no valor de R\$ 171.129, oriundo da aquisição, em 2008, de ações de emissão da incorporadora, será amortizado fiscalmente em período de 60 meses nos termos da legislação tributária vigente, baseado na expectativa de lucro tributável futura. A Administração da Companhia está revisando os planos de negócios relacionados a expectativa de lucros tributáveis futuros que suportem o registro e reconhecimento dos créditos tributários relacionados ao referido ágio e os respectivos créditos tributários somente serão registrados se e quando houver expectativa de realização dos mesmos e na extensão em que seu aproveitamento seja provável. Nenhum crédito fiscal foi contabilizado em 31 de março de 2011 por conta deste processo de incorporação.

A composição acionária do capital da Companhia de 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, é como segue:

Acionistas	31/3/2011	%	31/12/2010	%
Private Equity C, LLC	15.290.208	18,7%	15.290.208	18,7%
GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações	426.804	0,5%	426.804	0,5%
Administradores e Conselheiros (1)	3.246.053	5,2%	4.246.053	5,2%
Tesouraria	59.000	0,0%	15.300	0,0%
Outros (2)	<u>63.015.976</u>	<u>75,6%</u>	<u>62.059.676</u>	<u>75,6%</u>
	<u>82.038.041</u>	<u>100,0%</u>	<u>82.038.041</u>	<u>100,0%</u>

1. Considera as ações de Marcel Cleofás Uchôa Cavalcanti, membro do Conselho de Administração.
2. Considera as ações de André Cleofás Uchôa Cavalcanti como ações em circulação, após a OPA realizada em 2010.

b) Movimentação das ações do capital

Quantidade de ações escriturais, sem valor nominal.

Em 1º de janeiro de 2010	<u>78.585.066</u>
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 28.01.2010	32.121
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 29.04.2010	122.431
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 29.07.2010	12.225
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 06.10.2010	3.280.324
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 28.10.2010	<u>5.874</u>
Em 31 de dezembro de 2010	<u><u>82.038.041</u></u>

Não houve movimentação no trimestre findo em 31 de março de 2011.

c) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 12 de maio de 2010, aprovou o plano de recompra de ações da Companhia, com o objetivo de mantê-las em tesouraria ou posterior cancelamento. O programa prevê a recompra de até 1.527.788 ações.

Até 31 de março de 2011 a Companhia já havia recomprado 59.000 ações.

Movimentação das ações em tesouraria:

	Ordinárias	Saldo
Aquisição em 14 de maio de 2010	500	9
Aquisição em 17 de maio de 2010	200	4
Aquisição em 18 de maio de 2010	500	9
Aquisição em 20 de maio de 2010	500	9
Aquisição em 21 de maio de 2010	1.400	27
Aquisição em 24 de maio de 2010	2.000	38
Aquisição em 25 de maio de 2010	900	17
Aquisição em 26 de maio de 2010	1.100	21
Aquisição em 27 de maio de 2010	200	4
Aquisição em 8 de junho de 2010	200	4
Aquisição em 9 de junho de 2010	300	6
Aquisição em 10 de junho de 2010	500	10
Aquisição em 14 de junho de 2010	500	10
Aquisição em 17 de junho de 2010	700	14
Aquisição em 18 de junho de 2010	1.900	38
Aquisição em 21 de junho de 2010	1.400	28
Aquisição em 23 de junho de 2010	1.500	28
Aquisição em 24 de junho de 2010	200	4
Aquisição em 29 de junho de 2010	500	10
Aquisição em 15 de julho de 2010	300	6
Aquisição em 8 de fevereiro de 2011	4.000	89
Aquisição em 9 de fevereiro de 2011	2.200	49
Aquisição em 10 de fevereiro de 2011	9.100	200
Aquisição em 18 de fevereiro de 2011	1.200	29
Aquisição em 21 de fevereiro de 2011	900	22
Aquisição em 23 de fevereiro de 2011	4.500	108
Aquisição em 25 de fevereiro de 2011	6.300	151
Aquisição em 22 de março de 2011	700	18
Aquisição em 23 de março de 2011	4.700	117
Aquisição em 24 de março de 2011	1.500	38
Aquisição em 25 de março de 2011	6.600	162
Aquisição em 28 de março de 2011	2.000	48
	59.000	1.327
Custo médio de aquisição em 31 de março de 2011 por ação		22,49
Valor de mercado em 31 de março de 2011 por ação		26,50

d) Reserva de capital

d.1) Ágio na subscrição de ações

À época de sua constituição, a SESES foi reconhecida como entidade sem fins lucrativos, e em razão disso gozava de imunidade e isenção tributária, sendo reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal e estadual. Com a transformação da SESES em sociedade com fins lucrativos, em 9 de fevereiro de 2007, a Entidade passou a se sujeitar à carga tributária devida por uma sociedade comercial, ressalvadas as isenções decorrentes à adesão ao Programa Universidade para Todos - PROUNI. A exemplo da SESES, as mantenedoras, embora não tivessem caráter filantrópico, quando de sua constituição também foram reconhecidas como entidades sem fins lucrativos, fazendo jus a determinadas isenções fiscais até 30 de setembro de 2005 quando foram transformadas em sociedades empresariais com fins lucrativos.

Quando do referido aumento do capital social, os acionistas da Companhia atribuíram ao preço de emissão das ações o valor de R\$ 27.072, ao passo que o valor dos ativos utilizados na integralização do capital indicava que as quotas da SESES e das mantenedoras possuíam um valor patrimonial de R\$ 123.554.

O valor deste aumento de capital (R\$ 27.072) equivale aos recursos efetivamente aportados pelos acionistas controladores no negócio, seja como capital inicial, seja como aumento do mesmo mediante a capitalização de lucros e reservas de lucros gerados após a transformação da SESES e das mantenedoras em sociedades empresárias com fins lucrativos. O valor da diferença (R\$ 96.482) entre o montante atribuído aos bens pelos acionistas subscritores e o montante desses bens à valor patrimonial, foi registrado na Companhia em rubrica específica de reserva de capital (ágio na subscrição de ações) e refere-se, substancialmente, ao saldo remanescente dos resultados acumulados auferidos pelas empresas controladas (SESES e mantenedoras) antes da transformação de sua forma jurídica de entidades sem fins lucrativos para sociedades empresárias.

d.2) Opções de outorgas

A Companhia constituiu a Reserva de Capital para Opções de Ações outorgadas no montante de R\$ 368 durante o exercício findo em 31 de março de 2011 (R\$ 5.894 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010), conforme mencionado na Nota 21 (b). Como o pronunciamento técnico requer, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de aquisição do direito (vesting period), até a data dessas informações trimestrais.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

Em conformidade com o disposto pelo Pronunciamento Técnico 02 (R) (IAS 21), onde determina que os ajustes das variações cambiais de investimentos no exterior sejam reconhecidas direto no patrimônio líquido da Controladora, a Companhia mantém saldo negativo de R\$ 126 na conta de Ajustes acumulados de conversão em 31 de março de 2011, decorrentes da conversão das informações trimestrais de sua controlada no exterior, SESSA.

f) Reserva de lucros

f.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação na mais se faz obrigatório. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

f.2) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

16. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010
Receitas financeiras				
Multa e juros recebidos por atraso			5.841	3.377
Rendimentos de aplicações financeiras	478	971	3.247	3.567
Outras	243	485	391	252
	<u>721</u>	<u>1.456</u>	<u>9.479</u>	<u>7.196</u>
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(1)	(1)	(1.145)	(1.231)
Juros e encargos financeiros			(548)	(415)
Descontos financeiros			(1.598)	(1.701)
Perdão de dívida	(3.298)	-	(3.298)	-
Outras	(148)	(4)	(1.259)	(943)
	<u>(3.447)</u>	<u>(5)</u>	<u>(7.848)</u>	<u>(4.290)</u>

A rubrica de descontos financeiros correspondem aos descontos concedidos quando das renegociações de mensalidades em atraso.

17. Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas.

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos exercícios findos em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	28.732	25.619	30.256	26.111
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	9.769	8.710	10.287	8.878
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Ajustes da Lei 11.638/2007			50	586
Equivalência patrimonial	(10.521)	(8.853)		
Despesas não dedutíveis (a)	187		256	33
Provisão de Bonus (a)				(443)
Compensação de prejuízo fiscal	1.554	204	1.724	(761)
Provisão para contingências	(989)		(1.098)	19
Reversão de PDD não dedutível e mensalidades a cancelar (b)			(2.028)	(526)
Crédito tributário diferido não contabilizado (c)				360
Outras		(61)	219	(52)
			9.410	8.094
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI			(8.631)	(7.602)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período			779	492
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	2,57%	1,88%

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações do resultado consolidadas dos exercícios findos em 31 de março de 2011 e 31 de março de 2010 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010
Imposto de renda e contribuição social do exercício corrente	-	-	779	492
Imposto de renda e contribuição social diferidos do exercício corrente	-	-	745	-
	-	-	1.524	492

Em 31 de março de 2011 as controladas Seses e Irep contabilizaram crédito tributário diferido decorrente das diferenças temporais no montante de R\$ 14.591. A composição de efeito tributário sobre as adições temporárias que deram origem a contabilização do mencionado crédito encontra-se resumida a seguir:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Provisão para contingência	(9.823)	(10.569)
Mensalidades a cancelar	(2.028)	(2.028)
Provisão para desmobilização	(2.740)	(2.740)
	<u>(14.591)</u>	<u>(15.337)</u>

A realização do crédito tributário diferido sobre diferenças temporárias contabilizada em 31 de março de 2011 está vinculada a realização da provisão que deu origem ao mencionado crédito. Conseqüentemente não apresentamos a expectativa de realização anualmente já que a administração da Companhia não tem elementos para prever a realização da provisão para contingência e provisão para desmobilização.

Em 31 de março de 2011 a Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 2.901 (R\$ 3.466 em 31 de dezembro de 2010) ainda não registrados contabilmente, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável.

18. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de março de 2011 e 2010, encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado. Os principais estão descritos a seguir, bem como os critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

a) Disponibilidades e valores equivalentes

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

b) Partes relacionadas

Apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado.

c) Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mantidos até o vencimento, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes passivos são equivalentes aos seus valores contábeis.

d) Contas a receber

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais equivalem ao valor de mercado.

e) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Fatores de riscos

Todas as operações da Companhia e suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A Administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

a) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços é minimizado por um controle estrito da base de alunos e gerenciamento ativo da inadimplência

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha

b) Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala de curto prazo. A dívida a taxa de juros flutuantes expressa em reais está sujeita, principalmente, à flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES, e reduzir a demanda em relação aos cursos.

c) Risco de taxa de câmbio

O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações significativas em moeda estrangeira.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando

necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

e) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP e CDI.

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros.

As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 11,76% para o ano de 2012 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2011, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Risco	Cenário provável (I)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras Posição em 31.03.2011 R\$ 101.030	CDI	11,76% 11.881	9,26% 9.355	6,76% 6.830

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de março de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP vigentes em 31 de março de 2011, foi definido o cenário provável para o ano de 2012 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2011. A data base utilizada para os empréstimos foi 31 de dezembro de 2011 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Risco	Cenário provável (I)	Cenário II	Cenário III
Contrato Finame Taxa sujeita à variação R\$ 8.608	TJLP	7,00% 602	9,50% 817	12,00% .1.032

* Saldos em 31 de março de 2011

f) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

19. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	31/3/2011	31/12/2010
Responsabilidade Civil dos Diretores	75.000	75.000
Incêndio de bens do imobilizado	66.613	66.613
Responsabilidade Civil	5.000	5.000
Despesa Fixa	5.000	5.000
Equipamentos Eletrônicos	200	200
Demais ramos	7.453	2.360

20. Remuneração dos administradores

a) Remuneração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2010, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2011 e 31 de março de 2010, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 4.640 e R\$ 2.850, respectivamente, remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembléias de Acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados (exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 20.b).

b) Plano de opção de compra de ações

Na Assembléia Geral Extraordinária de 13 de junho de 2008, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado aos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 1º de julho de 2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras

específicas aplicáveis, sempre observadas as regras gerais do Plano (“Programa”).

O volume de opções de aquisição de ações está limitado a 4,15% das ações representativas do capital social da Companhia na data da aprovação de cada Programa. Tal limite poderá ser elevado até 5%, desde que a Companhia, através de recompras no mercado, tenha adquirido ações de sua própria emissão e cancelado as mesmas em montante igual ou superior ao montante de ações equivalentes ao percentual de 0,85% que poderão ser emitidas em razão do plano de opção de compra de ações.

A opção de aquisição de ações é formalizada em contrato individual firmado entre a Companhia e cada beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o beneficiário deve efetuar o pagamento do valor das ações em até 30 (trinta) dias contados da subscrição ou aquisição das ações relativas ao lote incorporado e exercido. Para o 1º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 15 de julho de 2008, o Preço de Exercício das opções será de dezesseis reais e cinquenta centavos por ação, devidamente corrigido pelo IGPM desde 11 de julho de 2008, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pagos pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário.

Para o 2º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 20 de abril de 2010, o Preço de Exercício das opções será equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo anteriores à data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, devidamente corrigido pelo IGPM desde a data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pagos pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. O Comitê poderá, quando da inclusão do beneficiário no 2º Programa, determinar que seja concedido um desconto de até 10% (dez por cento) no Preço de Exercício.

Em 31 de março de 2011 o número de opções outorgadas que tinham sido exercidas era de 172.499 ações. O saldo de ações que compõem essas opções é 2.783.187 ações.

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Black-Scholes, são descritas a seguir:

Data da outorga	Preço spot*	Volatilidade anual	Taxa de juros real	Preço de exercício	Prazo médio (anos)	Dividend Yield
11/07/2008	23,5	57,49%	6,85%	16,5	4,68	0,97%
30/09/2008	14,05	56,00%	8,42%	16,5	4,68	1,62%
2/10/2008	14,6	55,87%	7,66%	16,5	4,68	1,56%
10/11/2008	14,65	64,90%	9,68%	16,5	4,68	1,55%
13/01/2009	13,2	63,99%	6,83%	16,5	4,68	1,72%
10/08/2009	24,05	58,14%	5,77%	16,5	4,68	0,95%
29/09/2009	20,1	56,75%	5,64%	16,5	4,68	1,13%
11/01/2010	24,5	63,15%	6,23%	16,5	4,68	0,93%
01/03/2010	22,5	62,20%	6,21%	16,5	4,68	1,01%
06/05/2010	18,99	60,71%	6,30%	19,2	4,68	1,62%
28/07/2010	20,2	58,84%	6,25%	19,2	4,68	1,52%
03/11/2010	25,2	57,60%	5,88%	19,2	4,68	1,52%
03/01/2011	26,0	56,73%	5,79%	23,6	4,68	1,18%

* Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas

Em atendimento ao disposto no pronunciamento técnico CPC 10, os pagamentos baseados em ações que estavam em aberto em 31 de março de 2011 foram mensurados e reconhecidos pela Companhia.

A Companhia reconhece mensalmente as opções de ações outorgadas, como reserva de capital com contrapartida no resultado, registrando-se o montante de R\$ 368 no exercício findo em 31 de março de 2011 (R\$ 5.894 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010).

Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Companhia não concedeu quaisquer outros benefícios aos seus administradores até 31 de março de 2011.

21. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 31 de março de 2011.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

a) Lucro por ação básico

	31/3/2011	31/3/2010
Numerador		
Lucro líquido do período	28.732	25.619
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	82.046.708	78.606.480
Lucro líquido por ação básico	0,000350191	0,000325915

b) Lucro por ação diluído

	31/3/2011	31/3/2010
Numerador		
Lucro líquido do período	28.732	25.619
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	82.046.708	78.606.480
Potencial incremento na quantidade de ações em função do plano de opções	2.542.896	2.418.847
Média ponderada ajustada de ações em circulação	84.589.604	81.025.327
Lucro líquido por ação diluído	0,000339663	0,000316185

22. Receita líquida de vendas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/3/2011</u>	<u>31/3/2010</u>	<u>31/3/2011</u>	<u>31/3/2010</u>
Receita bruta das atividades			398.240	365.425
Deduções da receita bruta			(122.416)	(109.402)
Gratuidades - bolsas de estudo			(106.721)	(93.695)
Devolução de mensalidades e taxas			(1.543)	(557)
Descontos concedidos			(2.784)	(4.350)
Impostos			(11.368)	(10.800)
Receita líquida das atividades			275.824	256.023

23. Despesas por natureza

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/3/2011</u>	<u>31/032010</u>	<u>31/3/2011</u>	<u>31/032010</u>
Provisão para devedores duvidosos			(5.216)	(5.046)
Publicidade			(19.318)	(16.258)
Vendas e marketing	(2)		(4.418)	(3.134)
Despesas Comerciais	(2)		(28.952)	(24.438)
Pessoal e encargos sociais	(627)	(1.406)	(18.664)	(17.296)
Serviços de terceiros	(1.157)	(981)	(10.289)	(12.786)
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil			(1.105)	(940)
Material de consumo			(330)	(435)
Manutenção e reparos				(282)
Depreciação e amortização	(550)		(3.707)	(1.869)
Outras	(554)	(114)	(11.689)	(7.875)
Provisão para contingências	2.909		3.228	(55)
Despesas gerais e administrativas	21	(2.501)	(42.556)	(41.538)

24. Demonstração do resultado abrangente

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010
Lucro líquido do período	28.732	25.619	28.732	25.619
Varição cambial sobre investimento no exterior	(279)	(20)	(279)	(20)
Resultado abrangente.	28.453	25.599	28.453	25.599

25. Eventos subsequentes

a) Aquisição da Academia do Concurso

Em 07 de abril de 2011 foi concluído o processo de compra da sociedade Nova Academia do Concurso-Cursos Preparatórios Ltda. ("Academia do Concurso"), que por sua vez é proprietária e gestora da operação de cursos presenciais preparatórios para concursos públicos (carreiras fiscais e nível médio) e, ainda, dos ativos e direitos relativos à gestão (incluindo transferência da manutenção) da Faculdade da Academia Brasileira de Educação e Cultura ("FABEC").

O valor da transação foi de R\$ 16.500, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data de aquisição a Academia do Concurso possuía mais de 29.000 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação, sendo a instituição líder em ensino superior privado do Estado de Roraima (informações não auditadas).

b) Aquisição da Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte (FATERN)

Em 12 de abril de 2011 foi concluído o processo de compra da FATERN - Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte Ltda., sociedade limitada, com sede e campus na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

O valor da transação foi de R\$ 22.000 parte em pagamento aos sócios e parte em assunção de obrigações da empresa.

Em 31 de março de 2001, a FATERN possuía 3.350 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação. Considerando que a Estácio já está presente na cidade através da Faculdade Estácio de Natal e da Faculdade de Natal, a transação posiciona a Companhia como segunda maior instituição de ensino superior privada, com aproximadamente 8.000 alunos, numa das principais e mais prosperas capitais da região Nordeste.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

A tabela abaixo contém informações sobre a quantidade de ações de emissão da Companhia, detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, membros de Acordo de Acionistas, por Administradores da Companhia, além de ações que estão em circulação (Outros Acionistas) em **31/03/2011**.

31/03/2011				
Acionistas	ON	%	Total	%
Private Equity C, LLC	15.290.208	18,6%	15.290.208	18,6%
GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações	426.804	0,5%	426.804	0,5%
Administradores e Conselheiros	3.246.053	4,0%	3.246.053	4,0%
Conselho de Administração	3.175.733	3,9%	3.175.733	3,9%
Diretores	70.320	0,1%	70.320	0,1%
Conselho Fiscal	0	0,0%	0	0,0%
Ações em Tesouraria	59.000	0,1%	59.000	0,1%
Outros Acionistas	63.015.976	76,8%	63.015.976	76,8%
Total	82.038.041	100,0%	82.038.041	100,0%
Ações em Circulação**	62.956.976	76,7%	62.956.976	76,7%

** Total de Ações – Controladores – Conselho de Administração – Diretores – ações em tesouraria

31/03/2010				
Acionistas	ON	%	Total	%
Uchôa Cavalcanti Participações S. A.*	28.702.835	36,5%	28.702.835	36,5%
Moena Participações S.A.*	15.717.013	20,0%	15.717.013	20,0%
Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti*	4.442.521	5,7%	4.442.521	5,7%
André Cleófas Uchôa Cavalcanti*	4.424.321	5,6%	4.424.321	5,6%
Administradores e Conselheiros	48.007	0,1%	48.007	0,1%
Conselho de Administração	48.007	0,1%	48.007	0,1%
Diretores	0	0,0%	0	0,0%
Conselho Fiscal	0	0,0%	0	0,0%
Ações em Tesouraria	0	0,0%	0	0,0%
Outros Acionistas	21.182.085	26,9%	21.182.085	26,9%
Total	78.617.187	100,0%	78.617.187	100,0%
Ações em Circulação**	21.182.085	26,9%	21.182.085	26,9%

* Membros do Acordo de Acionistas.

** Total de Ações – Controladores membros do Acordo de Acionistas – Conselho de Administração – Diretores.

Em atendimento à Instrução CVM nº 358/2002, que dispõe sobre a necessidade de informar a posição acionária por espécie e classe de todo acionista que detiver mais de 5% das ações de cada espécie e classe do capital social da Companhia, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física, apresentamos suas composições a seguir:

Private Equity C, LLC -

31/03/2011				
Acionistas	ON	%	Total	%
Private Equity Partners C (Cayman) Ltd.	15.290.208	18,6%	15.290.208	18,6%
Outros	66.747.833	81,4%	66.747.833	81,4%
Total	82.038.041	100,00%	82.038.041	100,00%

GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações -

31/03/2010				
Acionistas	ON	%	Total	%
Cotistas do GPCP4-FIP	426.804	0,54%	426.804	0,54%
Outros	81.611.237	99,5%	81.611.237	99,5%
Total	82.038.041	100,00%	82.038.041	100,00%

Em 31/03/2011 éramos controlados exclusivamente pela Private Equity Partners C, LLC e GPCP4 – Fundo de Investimento em Participações, em decorrência, da OPA realizada em outubro de 2010, o Acordo de Acionistas foi rescindido.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Private Equity Partners C, LLC é uma sociedade devidamente constituída sob as leis de Delaware, Estados Unidos da América. Private Equity Partners C, LLC é detida pela Private Equity Partners C (Cayman), Ltd, sociedade devidamente constituída sob as leis das Ilhas Cayman que, por sua vez, é controlada por GP Capital Partners IV, L.P. ("GPCPIV" ou "Fundo"), fundo de investimento devidamente constituído sob leis das Ilhas Cayman.

O GPCPIV é um fundo que tem como finalidade realizar investimentos de private equity ou relacionados a private equity em empresas localizadas no Brasil ou com atividade comercial expressiva no Brasil e, em menor extensão, em outros países da América Latina, buscando controle, controle compartilhado ou participação minoritária influente nas empresas-alvo.

O GPCPIV é gerido pela GP Investments IV, Ltd. ("general partner"), subsidiária integral da GP Investments, Ltd., companhia aberta com sede nas Bermudas ("GP"). O general partner atua em sua administração (conforme os termos do Partnership Agreement firmado entre o general partner e os demais investidores do fundo, "Limited Partners"), possuindo total discricionariedade pelas decisões de investimento e desinvestimento do fundo. Os Limited Partners incluem, resumidamente, instituições de fomento internacionais, fundos de universidades, hedge funds, fundações familiares e investidores particulares.

A GP, além de controlar o general partner do GPCPIV, investe também no Fundo através da GP Private Equity, Ltd., sua subsidiária integral. A GP, como investidora indireta, detém cerca de 6,14% do total de ações emitidas pela Companhia e é controlada pela Partners Holdings, Inc., sociedade devidamente constituída sob as leis das Ilhas Virgens Britânicas que, por sua vez, não possui nenhum indivíduo cuja participação indireta na Companhia seja igual ou superior a 5%.

Cláusula Compromissória

Conforme Capítulo XI, artigo 45, de seu Estatuto Social, a Estácio Participações, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado da Bovespa, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado da Bovespa.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial

Aos Conselheiros e Diretores da
Estácio Participações S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Estácio Participações S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Fernando Alberto S. de Magalhães
Contador CRC - 1SP 133.169/O-0 - S - RJ Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
0	